UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

AMANDA TAVARES DA SILVA

A PRESENÇA/AUSÊNCIA DE AUTORIAS NEGRAS NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB: ESCREVIVÊNCIAS DE ESTUDANTES

JOÃO PESSOA
2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

AMANDA TAVARES DA SILVA

A PRESENÇA/AUSÊNCIA DE AUTORIAS NEGRAS NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB: ESCREVIVÊNCIAS DE ESTUDANTES

Trabalho de Conclusão apresentado no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Dayana Raquel Pereira de Lima

JOÃO PESSOA
2026

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586p Silva, Amanda Tavares da.
A presença/ausência de autorias negras no curso de Pedagogia da UFPB: escrevivências de estudantes / Amanda Tavares da Silva. - João Pessoa, 2026.
57 f.

Orientação: Dayana Raquel Pereira de Lima.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Autorias negras. 2. Formação docente. 3. Pedagogia. I. Lima, Dayana Raquel Pereira de. II. Título.

UFPB/CE CDU 37(043.2)

Elaborado por SUELEÉM VIEIRA MOURA BRITO - CRB-15/397

AMANDA TAVARES DA SILVA

A PRESENÇA/AUSÊNCIA DE AUTORIAS NEGRAS NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB: ESCREVIVÊNCIAS DE ESTUDANTES

Trabalho de Conclusão apresentado no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

gov.br
Documento assinado digitalmente
DAYANA RAQUEL PEREIRA DE LIMA
Data: 02/09/2026 13:14:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Dayana Raquel Pereira de Lima
(Orientadora)

Prof. Dr. Yan Soares Santos
(Examinador interno)

Profa. Me. Jefferson Andrade Silva
(Examinador externo)

Aprovado em 17/08/2026.

Dedico estas páginas a todas as pessoas que, por diferentes razões, precisaram lutar para que suas vozes fossem ouvidas. Que este trabalho seja mais uma pequena contribuição para que outras histórias continuem sendo contadas, valorizadas e reconhecidas.

AGRADECIMENTOS

Antes de qualquer palavra, minha gratidão pertence a Deus. Foi Ele quem sustentou meus passos quando o caminho parecia mais difícil, quem fortaleceu minha fé nos dias de incerteza e quem renovou minhas forças todas as vezes em que pensei em desistir. Se hoje concluo esta etapa tão importante da minha vida, é porque em nenhum momento caminhei sozinha. Deus foi meu alicerce, meu refúgio e a certeza de que os sonhos colocados em meu coração também faziam parte dos Seus propósitos. A Ele, toda honra, toda glória e toda gratidão.

À minha avó, meu mais profundo agradecimento. Você é, sem dúvida, a pessoa que mais me inspira. Sua força, sua simplicidade, sua sabedoria e sua forma de enxergar a vida sempre me ensinaram muito mais do que qualquer livro poderia ensinar. Em cada conquista que alcanço, há um pouco da mulher extraordinária que você é. Obrigada por ser meu exemplo de coragem, dignidade, amor e perseverança. Espero que você saiba o quanto sua história vive em mim.

À minha mãe, agradeço por todo o cuidado, pelos ensinamentos, pelas renúncias silenciosas e por nunca deixar de acreditar na educação como caminho de transformação. Muito do que sou hoje nasceu do amor e dos valores que recebi de você.

Ao meu filho, Ezequiel, meu maior amor e minha motivação diária. Você foi a razão que me fez levantar todas as vezes em que o cansaço parecia maior do que a vontade de continuar. Sonho com um futuro em que você compreenda que cada noite de estudo, cada página escrita e cada desafio enfrentado carregavam um propósito: construir uma vida melhor para nós. Que você cresça sabendo que nunca desistir dos nossos sonhos também é uma forma de amar.

Aos meus irmãos, Robson e Guilherme, obrigada pelo carinho, pelo incentivo e por fazerem parte da minha caminhada. Saber que tenho vocês ao meu lado tornou essa trajetória mais leve e mais feliz.

Ao meu companheiro, Ivan, minha profunda gratidão. Você foi uma das pessoas que mais acreditou em mim durante toda essa caminhada. Obrigada por cada palavra de incentivo, pela paciência nos momentos de ansiedade, por compreender minhas ausências, por celebrar comigo cada pequena conquista e, principalmente, por nunca permitir que eu deixasse de acreditar no meu potencial. Seu apoio foi essencial para que este sonho se tornasse realidade.

Aos meus melhores amigos, Danilo, Débora e Leonam, obrigada por permanecerem ao meu lado em todas as fases desta caminhada. Vocês tornaram os dias difíceis mais leves, dividiram comigo alegrias, inseguranças, conquistas e recomeços. Ter amigos como vocês é um dos maiores presentes que a vida poderia me oferecer.

Às minhas amigas de graduação, Andriele, Clara e Eduarda, meu carinho e minha gratidão por dividirem comigo muito mais do que disciplinas, trabalhos e avaliações. Compartilhamos medos, expectativas, aprendizados e sonhos. Obrigada por cada conversa, por cada apoio e por fazerem parte de uma das fases mais importantes da minha vida.

À minha querida orientadora, professora Dayana Lima, expresso minha mais sincera admiração. Desde o início da minha trajetória na Universidade Federal da Paraíba, encontrei em você uma referência de pesquisadora, professora e ser humano. Sua sensibilidade, seu compromisso com a educação, sua ética e sua forma de produzir conhecimento sempre despertaram em mim o desejo de ser uma profissional melhor. Obrigada por acreditar nesta pesquisa, por me orientar com tanta dedicação, por respeitar minhas ideias e, principalmente, por me ensinar que fazer ciência também é um exercício de humanidade. Levarei seus ensinamentos para muito além deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos professores Jefferson Silva e Yan Santos, agradeço por aceitarem o convite para compor esta banca examinadora. É uma grande honra contar com a leitura, as contribuições e as reflexões de profissionais que tanto admiro. Muito obrigada pela disponibilidade e pelo compromisso com a formação acadêmica.

À Universidade Federal da Paraíba, especialmente ao Centro de Educação, minha gratidão por todas as experiências que transformaram minha maneira de compreender a educação. Foi nesse espaço que encontrei professores inspiradores, participei de debates que ampliaram meu olhar sobre o mundo, vivi encontros que deram origem a esta pesquisa e compreendi que a universidade também pode ser um lugar de transformação humana. Saio diferente da estudante que aqui ingressou, levando comigo conhecimentos científicos, mas, sobretudo, aprendizagens que marcarão para sempre minha trajetória profissional e pessoal.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, fizeram parte desta caminhada. Algumas estiveram presentes diariamente; outras passaram pela minha vida em momentos específicos, mas deixaram marcas que contribuíram para que eu chegasse até aqui. Cada palavra de incentivo, cada gesto de carinho e cada oportunidade de aprendizado tiveram um significado especial.

Concluir este trabalho representa muito mais do que encerrar uma etapa acadêmica. Representa a concretização de um sonho construído com fé, esforço, renúncias e o apoio de muitas pessoas que caminharam ao meu lado. Espero honrar cada uma delas por meio da profissional e da pesquisadora que escolho ser a partir de agora. Que este trabalho seja, acima de tudo, uma forma de agradecer. Agradecer àqueles que acreditaram em mim quando este sonho ainda existia apenas no meu coração e lembrar que nenhuma conquista é verdadeiramente individual. Toda chegada carrega consigo as mãos de muitas pessoas que nos ajudaram a não desistir do caminho.

“A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa-grande”, e sim para incomodá-los de seus sonos injustos” (Evaristo, 2020).

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo compreender como estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) percebem e significam a presença e a ausência de autorias negras durante sua formação. A pesquisa surgiu a partir de inquietações construídas ao longo da trajetória acadêmica da pesquisadora, especialmente após a participação em eventos e oficinas voltados à Educação das Relações Étnico-Raciais, que evidenciaram a necessidade de refletir sobre os conhecimentos que circulam na universidade e sobre os sujeitos que os produzem. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, articulada à produção de escrevivências por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com três estudantes do curso de Pedagogia da UFPB, Campus I: Maria Eduarda, 24 anos, que se autodeclara negra; Andriele, 22 anos, que se autodeclara parda; e Heryverthon, 23 anos, que se autodeclara pardo. O estudo fundamenta-se, principalmente, nas contribuições de Conceição Evaristo (2020), Djamila Ribeiro (2020), José Jorge de Carvalho (2006), Magda Soares (2009), Maria Aparecida Silva Bento (2002, 2022), Nilma Lino Gomes (2003, 2007, 2017), Petronilha Beatriz Gonçalves Silva (2003), Patrícia Miranda Medeiros Sardinha (2018), Renata Gonçalves e Gabrielle Ambar (2015), entre outros autores que discutem a formação docente, currículo, letramento racial, produção de conhecimento e relações étnico-raciais. A análise das escrevivências evidenciou que, embora as autorias negras estejam presentes na formação das/os estudantes, sua inserção ocorre, em grande parte, de forma pontual e vinculada a componentes curriculares específicos ou à atuação de determinados docentes. Conclui-se que a democratização da universidade não se limita ao acesso de estudantes negros ao Ensino Superior, mas envolve também o reconhecimento e a valorização das produções intelectuais negras nos currículos das licenciaturas, fortalecendo uma formação docente comprometida com a diversidade, a equidade e a educação das relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Autorias negras. Formação docente. Pedagogia. Escrevivência. Relações étnico-raciais.

ABSTRACT

This capstone project aims to understand how Pedagogy students at the Federal University of Paraíba (UFPB) perceive and interpret the presence and absence of Black authorship throughout their academic training. The research arose from questions that emerged during the researcher's academic journey – particularly after participating in events and workshops focused on Education for Ethnic-Racial Relations – which highlighted the need to reflect on the knowledge circulating within the university and the individuals who produce it. This is a qualitative, bibliographic study linked to the production of escrevivências through semi-structured interviews with three Pedagogy students from UFPB's Campus I: Maria Eduarda (24, self-identified as Black), Andriele (22, self-identified as parda, and Heryverthon (23, self-identified as pardo). The study draws primarily on the contributions of Conceição Evaristo (2020), Djamila Ribeiro (2020), José Jorge de Carvalho (2006), Magda Soares (2009), Maria Aparecida Silva Bento (2002, 2022), Nilma Lino Gomes (2003, 2007, 2017), Petronilha Beatriz Gonçalves Silva (2003), Patrícia Miranda Medeiros Sardinha (2018), Renata Gonçalves and Gabrielle Ambar (2015), among other authors who discuss teacher training, curriculum, racial literacy, knowledge production, and ethnic-racial relations. The analysis of the escrevivências revealed that, although Black authorship is present in the students' training, its inclusion occurs largely in a sporadic manner, linked to specific curricular components or the initiatives of particular professors. It is concluded that the democratization of the university is not limited to Black students' access to higher education but also entails recognizing and valuing Black intellectual contributions within teacher training curricula, thereby strengthening teacher education committed to diversity, equity, and education regarding ethnic-racial relations.

Keywords: Black authorship. Teacher training. Pedagogy. Escrevivência. Ethnic-racial relations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDRA - Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

SUMÁRIO

DO MEU LUGAR DE ESCRITA 14

1 INTRODUÇÃO 17

2 A QUESTÃO RACIAL: O QUE A UNIVERSIDADE E O CURSO DE PEDAGOGIA TÊM A VER COM ISSO? 25

2.1 Letramento racial: caminhos teóricos 26

2.2. Diálogos entrecruzados: Movimento Negro, currículos e epistemologias negras na Universidade 30

2.3 As relações étnico-raciais em cursos de Pedagogia 33

3 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA 38

4 AUTORIAS NEGRAS NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB: ESCREVIVÊNCIAS DE ESTUDANTES 42

4.1 Maria Eduarda da Silva Lucena – "Quando a representatividade encontra o currículo" 43

4.1.1 Tecendo impressões a partir da escrevivência de Maria Eduarda Lucena 44

4.2 Andriele Ingrid da Costa Silva – "Da escola pública à universidade: um percurso de descobertas" 44

4.2.1 Tecendo impressões a partir da escrevivência de Andriele Silva 46

4.3 Heryverton Araujo Lemos Leite – "Reconhecer para transformar: autorias negras como compromisso da formação docente" 47

4.3.1 Tecendo impressões a partir da escrevivência de Heryverthon Leite 48

4.4 Entre singularidades e aproximações: o que as escrevivências revelam coletivamente 49

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 51

REFERÊNCIAS 53

APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 56

DO MEU LUGAR DE ESCRITA

Antes de adentrar nas partes desta investigação, sinto necessidade de apresentar quem a escreve. Não porque minha história seja o centro deste trabalho, mas porque compreendo que nenhuma pesquisa nasce distante da vida de quem pesquisa. Ao contrário, ela nasce das inquietações que carregamos, dos encontros que nos transformam e das perguntas que insistem em permanecer, mesmo quando ainda não sabemos respondê-las.

Inspirada no conceito de escrevivência elaborado por Conceição Evaristo (2020), compreendo este momento como um exercício de situar minha trajetória diante da pesquisa. Sei que a escrevivência, em sua origem, emerge das experiências históricas das mulheres negras e de uma escrita que rompe silenciamentos produzidos pelo racismo e pelo sexismo. Não pretendo ocupar esse lugar nem falar a partir dessa experiência. Aproximo-me desse conceito com respeito, entendendo que escrever sobre mim, neste contexto, significa reconhecer que também sou atravessada por uma história, por experiências e por escolhas que influenciam o modo como olho para o mundo e para a educação.

Sou uma mulher branca. Cresci ocupando espaços que, muitas vezes, me acolheram sem que eu precisasse questionar se aquele também era o meu lugar. Durante muito tempo, essa condição me pareceu natural. Hoje compreendo que ela também expressa privilégios raciais historicamente construídos, que nem sempre são percebidos por quem os vivencia. Reconhecer isso não diminui minha trajetória, tampouco anula os desafios que enfrentei como mulher, estudante e mãe. Apenas me ajuda a compreender que existem experiências que não são minhas e que, justamente por isso, precisam ser ouvidas com atenção, respeito e responsabilidade.

Foi esse entendimento que me aproximou das reflexões propostas por Djamila Ribeiro (2020) acerca do lugar de fala. Ao discutir esse conceito, a autora não estabelece quem pode ou não falar sobre determinados temas, ao contrário, convida-nos a compreender que toda fala parte de uma posição social, histórica e política. Reconhecer o próprio lugar de fala significa assumir responsabilidade sobre aquilo que dizemos e, sobretudo, compreender que existem vivências que não podem ser apropriadas como se fossem nossas. Essa compreensão tornou-se um importante exercício de humildade intelectual ao longo da construção desta pesquisa.

Minha aproximação com os debates raciais não aconteceu de forma imediata.

Ela foi sendo construída durante minha trajetória no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, especialmente a partir da participação em eventos, rodas de conversa, oficinas e atividades promovidas pela própria universidade. Foram nesses espaços que comecei a perceber o quanto ainda conhecia pouco sobre a história da população e intelectualidades negra, sobre o racismo estrutural e sobre as formas como essas questões atravessam a educação brasileira.

Entre esses momentos, recordo-me especialmente de oficinas conduzidas pelo professor Yan Santos e pela professor Dayana Lima na IV Mostra do Centro de Educação em 2024. Lembro-me não apenas do conteúdo discutido, mas também da sensação de estranhamento que me acompanhava durante aqueles encontros. Em diversos momentos, eu percebia que era praticamente a única pessoa branca presente naqueles espaços. Essa constatação, longe de produzir desconforto pela diferença em si, despertava em mim perguntas que passaram a me acompanhar: por que aquele debate parecia reunir, majoritariamente, pessoas negras? Onde estavam os demais estudantes? E, principalmente, por que eu mesma havia demorado tanto para chegar até ali?

Foram nesses encontros que compreendi que estudar as relações raciais não era uma responsabilidade exclusiva da população negra. Ao contrário, se o racismo foi historicamente construído pela branquitude (Bento, 2022), sua compreensão e seu enfrentamento também precisam constituir um compromisso coletivo. Passei, então, a perceber que permanecer em silêncio ou tratar a questão racial como um tema secundário também significava ocupar uma posição diante dela.

Ao mesmo tempo, minha experiência como mãe também atravessou esse processo. A maternidade ampliou meu olhar sobre a educação e fez com que eu refletisse, de maneira ainda mais intensa, sobre os conhecimentos que circulam nas escolas, os livros que chegam às mãos das crianças, as autoras e os autores que são apresentados como referências e as histórias que permanecem invisibilizadas. Passei a me perguntar que educação desejo para meu filho e para tantas outras crianças que encontrarão professoras e professores formados hoje nas universidades brasileiras. Essa pergunta, embora simples, tornou-se uma das forças que sustentam esta pesquisa.

Ao longo da graduação, essas inquietações deixaram de ser apenas curiosidades acadêmicas. Elas passaram a orientar meu modo de olhar para o curso de Pedagogia, para os currículos, para as referências bibliográficas e para as experiências vividas dentro da universidade. Aos poucos, fui percebendo que determinadas ausências produziam em mim tantos questionamentos quanto às presenças. Foi assim que nasceu o interesse por investigar a presença e também a ausência de autorias negras na formação

de estudantes de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba.

Esta pesquisa, portanto, não nasce da pretensão de falar por alguém. Ela nasce do desejo de aprender a ouvir melhor. Nasce do reconhecimento de que minha trajetória é diferente da trajetória das/os estudantes cujas escrevivências serão protagonistas deste trabalho. Nasce, sobretudo, da compreensão de que pesquisar também é um exercício contínuo de deslocamento, de escuta e de transformação.

Se hoje escrevo estas páginas, faço isso consciente de que nenhuma formação é completa quando apenas confirma aquilo que já sabemos. As experiências que vivi durante a graduação ensinaram-me que a universidade também pode ser um espaço de encontros capazes de deslocar certezas, ampliar horizontes e transformar perguntas pessoais em compromissos éticos com a produção do conhecimento. É desse lugar situado, consciente de seus privilégios, aberto ao diálogo e disposto a aprender que esta pesquisa começa.

1 INTRODUÇÃO

Nenhuma pesquisa nasce do acaso. Antes de ocupar as páginas de um Trabalho de Conclusão de Curso, ela ocupa inquietações, atravessa experiências e transforma o modo como passamos a olhar para o mundo. Com esta pesquisa não foi diferente. O interesse pela presença e pela ausência de autorias negras na formação de estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba não surgiu de uma curiosidade exclusivamente acadêmica, mas de um percurso formativo que foi sendo construído ao longo da graduação, especialmente a partir de experiências vividas dentro da própria universidade.

Embora o debate acerca das relações étnico-raciais tenha conquistado maior visibilidade nas últimas décadas, impulsionado pelas lutas históricas do Movimento Negro, pela implementação de políticas afirmativas e pela consolidação de marcos legais voltados para a educação antirracista, ainda permanecem inúmeras questões sobre como essas discussões têm sido efetivamente incorporadas aos processos de formação docente nas instituições educacionais. Afinal, ampliar o acesso da população negra ao Ensino Superior representa uma conquista inegável, mas também exige refletir sobre quais conhecimentos são produzidos, compartilhados e legitimados no interior da universidade.

Foi justamente essa inquietação que começou a acompanhar minha trajetória no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba. Durante a graduação, participei de diferentes eventos científicos, oficinas, rodas de conversa e atividades promovidas pelo Centro de Educação, muitas delas organizadas por professores e professoras e grupos de pesquisa comprometidos com a discussão das relações étnico-raciais. Entre esses momentos, destaco a participação na Mostra do Centro de Educação de 2024 (Mostra CE 2024), especialmente em uma oficina conduzida pela professora Dayana Raquel Pereira da Silva e pelo professor Yan Soares Santos.

Lembro-me daquele encontro não apenas pelo conteúdo apresentado, mas pela experiência que ele produziu em mim. Enquanto observava as pessoas presentes, percebi que eu era, provavelmente, uma das poucas pessoas brancas naquele espaço. Aquela constatação provocou um deslocamento que, até então, eu nunca havia experimentado dentro da universidade. Não se tratava de desconforto pela diferença, mas do reconhecimento de que aquele cenário revelava algo muito maior do que a composição de uma oficina. Pela primeira vez, comecei a me perguntar por que discussões sobre relações raciais pareciam mobilizar, predominantemente, estudantes

negros? Por que eu havia chegado tão tardiamente àquelas reflexões? E, sobretudo, por que tantos estudantes brancos ainda pareciam distantes desse debate?

Essas perguntas permaneceram comigo muito depois do término daquela atividade. Aos poucos, compreendi que elas não diziam respeito apenas à oficina, mas ao próprio percurso formativo que eu vinha construindo na universidade. Passei a observar com mais atenção os componentes curriculares do curso, as bibliografias indicadas, os autores e autoras que eram constantemente apresentados como referências acadêmcias e aqueles/as que, por diferentes razões, permaneciam pouco visíveis. Não demorou para perceber que determinadas ausências também produziam conhecimento. Ou melhor, elas produziam perguntas.

Reconhecer essas inquietações também exigiu reconhecer meu próprio lugar na pesquisa. Sou uma mulher branca, mãe e estudante de uma universidade pública. Minha trajetória é atravessada por desafios pessoais, mas também por privilégios que decorrem de uma sociedade historicamente marcada pelas desigualdades raciais. Durante muito tempo, a branquitude (Bento, 2022) ocupou um lugar tão natural em minha experiência que eu sequer precisava percebê-la.

Para Cida Bento (2022), a construção da identidade branca parte de uma invenção de universalidade fabricada pelos europeus durante o processo de colonização, assentada no "Outro" (negros, indígenas, africanos) como contraste e, portanto, alvos de projeções, exclusões, atos de repressão e negações. Foi somente a partir do contato com os estudos sobre relações raciais que compreendi que também a minha posição social precisava ser interrogada.

Nesse sentido, as reflexões de Djamila Ribeiro (2020) tornaram-se fundamentais para compreender que o conceito de lugar de fala não estabelece quem pode ou não participar de determinados debates, mas convida cada sujeito a reconhecer as condições históricas e sociais a partir das quais produz conhecimento. Para a autora, compreender o próprio lugar significa assumir responsabilidade sobre aquilo que se pesquisa e reconhecer que diferentes experiências produzem diferentes formas de interpretar a realidade. Essa compreensão não me afastou do tema; ao contrário, tornou ainda mais evidente a necessidade de aproximar-me dele com responsabilidade, escuta e compromisso ético.

Foi justamente esse movimento que transformou uma inquietação pessoal em um problema de pesquisa. Percebi que discutir relações étnico-raciais na formação docente não significava apenas refletir sobre a presença de estudantes negros na universidade ou sobre a implementação de políticas afirmativas. Significava perguntar, também, quais

intelectuais sustentam nossa formação, quais epistemologias ocupam lugar de centralidade nos currículos e quais produções permanecem invisibilizadas durante o percurso acadêmico.

Essa reflexão dialoga diretamente com as orientações do Ministério da Educação, que defendem a Educação das Relações Étnico-Raciais como uma dimensão constitutiva da formação humana e docente, compreendendo que o enfrentamento do racismo depende da revisão das práticas educativas, dos currículos e dos conhecimentos que circulam nas instituições de ensino (Brasil, 2006). Assim, formar professores e professoras comprometidos com uma educação democrática implica reconhecer que os processos formativos também são espaços de disputa de narrativas, memórias e produções intelectuais.

É nesse contexto que esta pesquisa se insere. Ela nasce do encontro entre uma experiência pessoal vivida durante a formação inicial e uma inquietação acadêmica que foi sendo construída ao longo da graduação. Mais do que investigar a existência de autorias negras nos componentes curriculares do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, interessa compreender como essa presença ou sua ausência é percebida pelas próprias pessoas estudantes e quais sentidos produz na construção de seus percursos formativos.

A inquietação que mobiliza este estudo também encontra respaldo no cenário mais amplo da Educação Superior brasileira. Nas últimas décadas, o acesso de estudantes negros às universidades públicas foi significativamente ampliado, sobretudo após a implementação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como a Lei de Cotas (Brasil, 2012). Este movimento representa uma importante conquista das lutas históricas do Movimento Negro e das políticas de democratização do Ensino Superior (Gomes, 2017). Contudo, ampliar o acesso não significa, necessariamente, transformar os processos de formação vivenciados por esses estudantes. Permanecer na universidade também envolve reconhecer-se nos conhecimentos que circulam em seus espaços, nas referências bibliográficas que fundamentam os componentes curriculares e nas vozes que são legitimadas como produtoras de saber.

Os indicadores disponibilizados pelo Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (CEDRA) ajudam a compreender esse cenário. O CEDRA utiliza dados estatísticos oficiais para explicitar as desigualdades raciais no Brasil. A partir do cruzamento de dados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) referente à quantidade de matrículas por categoria administrativa, turno, sexo e raça/cor (2009-2019), o CEDRA indica que, ao longo do período de 2014

a 2019, houve um crescimento expressivo da participação de estudantes negros (pretos e pardos) nas instituições públicas de Ensino Superior. Em 2019, pela primeira vez, a participação de estudantes negros (44,4%) nas universidades públicas ultrapassou a de estudantes brancos (39,4%), resultado diretamente relacionado aos efeitos das políticas afirmativas implementadas na década anterior. Entretanto, quando se observam os dados referentes aos concluintes dos cursos superiores de universidades públicas no Brasil em 2019 – 94.613 brancos e 72.889 negros – , percebe-se que as desigualdades permanecem, revelando que o acesso, embora fundamental, não elimina todos os obstáculos presentes na trajetória universitária (CEDRA, 2024).

Quando esse olhar é direcionado para a Paraíba, percebe-se um movimento semelhante. Os indicadores do CEDRA evidenciam o crescimento das matrículas de estudantes negros (48%) no Ensino Superior entre 2009-2019, acompanhando a tendência nacional de ampliação do acesso (CEDRA, 2024). Ainda assim, os dados mostram que a democratização da universidade precisa ser compreendida para além dos números. Eles informam quem chega à universidade, mas não revelam, por si só, quais experiências esses estudantes constroem durante sua permanência, quais conhecimentos lhes são apresentados ou de que maneira seus pertencimentos raciais dialogam com os currículos e com a produção acadêmica desenvolvida nas instituições.

Foi justamente essa lacuna que despertou meu interesse. Ao observar o crescimento da presença de estudantes negros na universidade e, ao mesmo tempo, revisitar minha própria experiência no curso de Pedagogia, comecei a perceber que outras perguntas precisavam ser feitas. Se hoje temos uma universidade mais diversa em termos de acesso, essa diversidade também está presente nos conhecimentos que ensinamos e aprendemos? Os currículos têm dialogado com as identidades raciais das pessoas estudantes nas universidades públicas? As autorias negras ocupam um lugar de centralidade na formação docente ou permanecem aparecendo de forma pontual e periférica?

Essas indagações aproximam esta pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido por Ingryd de Kássia Andrade Ramos da Paz (2025), intitulado *Cotas raciais: escrevivências de estudantes do curso de Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba*. Ao investigar as escrevivências de estudantes cotistas da UFPB, a autora evidencia que a política de cotas representa muito mais do que um mecanismo de acesso ao Ensino Superior; ela constitui uma política de reparação histórica que possibilita novas experiências de pertencimento, permanência e produção de conhecimento dentro da universidade. As narrativas analisadas pela autora Ingryd da Paz demonstram que

ingressar na universidade por meio das cotas significa também enfrentar desafios relacionados ao racismo, ao reconhecimento e à construção da identidade acadêmica.

Embora partam de objetivos distintos, as duas pesquisas dialogam de maneira muito próxima. Enquanto Ingryd de Kássia Andrade Ramos da Paz (2025) direciona seu olhar para as experiências de estudantes que ingressaram na universidade por meio da política de cotas raciais, buscando compreender como essa política transforma trajetórias de vida e produz novos sentidos de pertencimento, esta pesquisa desloca o foco para outro momento desse percurso: a formação acadêmica propriamente dita. Em outras palavras, parto da compreensão de que garantir o acesso é condição indispensável, mas não suficiente. Depois que esses estudantes ingressam na universidade, torna-se necessário perguntar quais conhecimentos encontram, quais autores fundamentam sua formação e quais vozes continuam ocupando posições de invisibilidade.

Essa mudança de perspectiva não representa uma ruptura com a pesquisa de Ingryd da Paz (2025), mas um aprofundamento de questões que ela própria ajuda a evidenciar. Se as políticas afirmativas modificaram o perfil racial dos estudantes universitários, é igualmente necessário investigar se os currículos acompanharam essas transformações. Afinal, uma universidade comprometida com a democratização do acesso também precisa comprometer-se com a democratização do conhecimento. Isso implica refletir sobre quem produz as teorias estudadas nos cursos de licenciatura, quais intelectuais são apresentados como referências e de que maneira diferentes matrizes epistemológicas participam da formação dos futuros professores e professoras.

Essa preocupação encontra respaldo nas Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, publicadas pelo Ministério da Educação. O documento afirma que a formação de professores constitui um dos principais caminhos para a efetivação de uma educação comprometida com o enfrentamento do racismo, defendendo que as relações étnico-raciais não sejam tratadas como conteúdos isolados, mas como princípio orientador da prática pedagógica e da organização curricular (Brasil, 2006). Sob essa perspectiva, pensar a formação docente significa reconhecer que os currículos também expressam escolhas políticas, culturais e epistemológicas, influenciando diretamente a maneira como futuros professores e professoras compreenderão a diversidade presente na sociedade brasileira (Gomes, 2007).

É nesse horizonte que esta pesquisa se insere. Mais do que identificar a presença ou a ausência de autorias negras nas referências bibliográficas do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, interessa compreender os sentidos que essas presenças

e/ou ausências assumem para as pessoas estudantes que vivenciam esse processo formativo. Trata-se de deslocar o olhar dos documentos para as experiências, reconhecendo que os currículos são vividos, interpretados e ressignificados pelos sujeitos que os atravessam. É justamente nas escrevivências desses estudantes que esta investigação buscará compreender como a formação docente dialoga ou ainda deixa de dialogar com a pluralidade de saberes que constitui a sociedade brasileira**.**

Ao longo da graduação, é esperado que futuras pedagogas e futuros pedagogos tenham contato com diferentes concepções de educação, infância, currículo, alfabetização, avaliação, políticas públicas e formação docente. Esses referenciais não apenas organizam os componentes curriculares, mas também influenciam as formas pelas quais os estudantes compreenderão sua atuação profissional e interpretarão a realidade educacional brasileira. Entretanto, quando determinadas produções intelectuais permanecem pouco visíveis nesses percursos formativos, torna-se necessário perguntar quais implicações essas ausências produzem na formação dos futuros professores e professoras.

É importante destacar que esta pesquisa não parte do pressuposto de que a qualidade da formação docente pode ser medida exclusivamente pela quantidade de autorias negras presentes nas bibliografias dos componentes curriculares. Uma compreensão dessa natureza reduziria uma discussão complexa a uma análise meramente quantitativa. O interesse deste estudo está em compreender os significados atribuídos a essas presenças e ausências pelas próprias pessoas estudantes do curso de Pedagogia. Mais do que contabilizar referências, busca-se compreender como elas são percebidas, quais memórias produzem, quais inquietações despertam e de que maneira dialogam com os processos de formação vivenciados na universidade.

Essa perspectiva dialoga com a compreensão de que o currículo ultrapassa sua dimensão formal. Ainda que documentos institucionais, planos de ensino e ementas constituam importantes elementos de análise, eles não esgotam a experiência universitária. A formação acontece também nos encontros, nas leituras compartilhadas, nas discussões construídas em sala de aula, nos eventos científicos, nos grupos de pesquisa, nas oficinas e, sobretudo, nas experiências que cada estudante produz ao longo de sua trajetória acadêmica. É nesse movimento que os currículos deixam de ser apenas documentos e passam a constituir experiências vividas.

Tal compreensão também justifica a pesquisa bibliográfica articulada à produção de escrevivências de estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, construídas por meio de entrevistas semiestruturadas (Minayo, 2001).

Inspirada no conceito elaborado por Conceição Evaristo (2020), a escrevivência permite compreender que as experiências vividas produzem conhecimento e que as narrativas construídas pelos sujeitos carregam marcas de seus percursos históricos, afetivos e sociais. Embora a escrevivência tenha sido concebida a partir das experiências de mulheres negras, sua contribuição para esta pesquisa reside na possibilidade de reconhecer as narrativas das pessoas estudantes como fontes legítimas de produção de conhecimento, capazes de revelar aspectos da formação universitária que dificilmente seriam apreendidos apenas pela análise documental.

Assim, os problemas que orienta esta investigação pode ser sintetizado na seguinte questão: Como os estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba percebem, significam e sentem a presença e a ausência de autorias negras em seus processos de formação docente?

Essa pergunta constitui o eixo que articula todas as escolhas realizadas ao longo desta pesquisa. Ela não busca avaliar individualmente docentes, componentes curriculares ou práticas pedagógicas específicas. Tampouco pretende estabelecer julgamentos sobre a qualidade do curso de Pedagogia da UFPB. O propósito consiste em compreender um fenômeno que atravessa a formação docente contemporânea: a relação entre currículo, produção do conhecimento e representatividade intelectual na constituição dos saberes e fazeres pedagógicos.

A vista do exposto, os objetivos desta pesquisa são:

Objetivo geral

Compreender como estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba percebem e significam a presença e a ausência de autorias negras em seus processos de formação docente, tomando suas escrevivências como possibilidade de análise dos percursos formativos vivenciados na universidade.

Objetivos específicos

- Apresentar os referenciais teóricos que fundamentam o debate sobre letramento racial, relações étnico-raciais, currículo e formação docente.
- Discutir as contribuições do Movimento Negro, das políticas educacionais e das produções acadêmicas para a construção de uma formação comprometida com a educação das relações étnico-raciais.

- Analisar, a partir das escrevivências das pessoas estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como a presença ou a ausência de autorias negras são percebidas e significadas em seus percursos formativos.

Este Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

O segundo capítulo reúne a fundamentação teórica que sustenta a pesquisa. Inicialmente, discute-se o letramento racial como possibilidade de leitura crítica das relações raciais presentes na formação universitária. Em seguida, são apresentadas as contribuições do Movimento Negro para a construção de políticas educacionais, dos currículos e para o processo de enegrecimento da universidade. Por fim, o capítulo aborda as relações étnico-raciais nos cursos de Pedagogia, refletindo sobre os desafios e as possibilidades para uma formação docente comprometida com a equidade racial.

O terceiro capítulo percorre os caminhos metodológicos da pesquisa, trazendo aspectos como participantes, instrumento de produção de informações, procedimentos, construção das escrevivências, cuidados éticos e forma de análise.

No quarto capítulo, são apresentadas e analisadas as escrevivências das pessoas participantes da pesquisa. A partir de suas narrativas, busca-se compreender como elas percebem e significam a presença e a ausência de autorias negras em seus percursos formativos no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, estabelecendo um diálogo entre as experiências vividas e os referenciais teóricos discutidos ao longo do trabalho.

Nas considerações finais, retomam-se as principais reflexões construídas ao longo da pesquisa, destacando as contribuições do estudo para o debate sobre formação docente, relações étnico-raciais e produção do conhecimento na universidade. Mais do que apresentar respostas definitivas, este trabalho pretende fortalecer uma reflexão que permanece em movimento: a de que democratizar a universidade envolve não apenas ampliar o acesso, mas também reconhecer a pluralidade de vozes, saberes e autorias que constituem a educação brasileira.

2 A QUESTÃO RACIAL: O QUE A UNIVERSIDADE E O CURSO DE PEDAGOGIA TÊM A VER COM ISSO?

A universidade é frequentemente compreendida como um espaço de produção, sistematização e difusão do conhecimento. Nesse ambiente, diferentes saberes são debatidos, legitimados e transmitidos às novas gerações de profissionais e pesquisadoras e pesquisadores. Entretanto, pensar a universidade apenas como um espaço neutro de construção do conhecimento significa desconsiderar os processos históricos, sociais e políticos que permeiam sua constituição. Como instituição social, a universidade reflete disputas, tensões e desigualdades presentes na própria sociedade, incluindo aquelas relacionadas às questões raciais (Gomes, 2017; Gomes, 2006; Ribeiro, 2019; Evaristo, 2014; Evaristo, 2017; Hooks, 2013; Silva, 2007; Soares, 1998; Dantas, 2020; Sardinha, 2022).

No contexto brasileiro, as relações étnico-raciais têm ocupado lugar cada vez mais relevante nos debates educacionais, especialmente a partir das reivindicações dos movimentos sociais negros e das transformações ocorridas nas políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial, como a Lei 10639/03 (Nilma, 2017; Brasil, 2003). Essas discussões contribuíram para ampliar os questionamentos acerca das formas pelas quais o racismo se manifesta nos diferentes níveis de ensino, incluindo a educação superior. Nesse cenário, a universidade passou a ser interpelada não apenas em relação ao acesso da população negra aos seus espaços, mas também quanto aos conhecimentos que produz, legítima e difunde.

Ao direcionar o olhar para os cursos de formação de professoras e professores, essa reflexão torna-se ainda mais significativa. O curso de Pedagogia ocupa uma posição estratégica na formação de profissionais que atuarão diretamente nos processos educativos e na construção de práticas pedagógicas em diferentes contextos escolares e não escolares. Dessa forma, as discussões sobre diversidade, desigualdade racial e produção do conhecimento não podem ser compreendidas como temas secundários à formação docente, mas como elementos que atravessam o próprio exercício da profissão.

Foi justamente a partir dessa compreensão que surgiu a inquietação que mobiliza esta pesquisa. Durante minha trajetória acadêmica no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), alguns questionamentos passaram a acompanhar minhas experiências formativas: de que maneira as questões raciais

aparecem na graduação? Quais conhecimentos têm sido mobilizados para discutir a temática racial? Quem são os autores e autoras que fundamentam essas discussões? E quais sentidos são produzidos quando determinadas vozes estão presentes ou ausentes nos processos formativos?

Essas inquietações não se restringem à análise de ementas ou listas bibliográficas. Elas dizem respeito aos modos como o conhecimento é construído, compartilhado e apropriado dentro da universidade. Também se relacionam à formação de professoras e professores que, futuramente, atuarão em espaços educacionais marcados por profundas desigualdades raciais e por constantes disputas em torno da memória, da identidade e da representação.

Partindo dessas questões, este capítulo busca construir os referenciais teóricos que sustentam a presente investigação. Inicialmente, serão discutidos os fundamentos do letramento racial crítico, compreendido como uma perspectiva que possibilita a leitura crítica das relações raciais presentes na sociedade e nos espaços educativos. Em seguida, serão abordadas as contribuições do Movimento Negro para a construção de políticas educacionais e para os debates sobre currículo e universidade. Por fim, serão discutidas as relações étnico-raciais nos cursos de Pedagogia, considerando os desafios e as possibilidades para uma formação docente comprometida com a equidade racial.

Mais do que apresentar conceitos isolados, o objetivo deste capítulo é construir um percurso teórico que permita compreender como as relações raciais atravessam a formação universitária e, particularmente, o curso de Pedagogia. Trata-se de um movimento necessário para analisar, posteriormente, as escrevivências das pessoas estudantes participantes desta pesquisa e os significados atribuídos por elas à presença e à ausência de autorias negras em seus percursos formativos.

2.1 Letramento racial: caminhos teóricos

Ao discutir a presença e a ausência de autorias negras no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), torna-se necessário refletir sobre os processos pelos quais os sujeitos entram em contato com determinados conhecimentos, atribuem significados a eles e os incorporam em suas trajetórias formativas. Essa discussão ultrapassa a simples análise de conteúdos curriculares ou de referências bibliográficas, exigindo uma compreensão mais ampla acerca das formas como o conhecimento circula nos espaços educativos e das relações de poder que atravessam sua produção e

legitimação. Nesse sentido, o conceito de letramento oferece importantes contribuições para a compreensão dos processos formativos vivenciados no Ensino Superior, especialmente quando articulado às discussões sobre criticidade, racialidade e produção do conhecimento.

Embora frequentemente associado ao domínio da leitura e da escrita, o conceito de letramento possui um alcance mais amplo. Conforme argumenta Magda Soares (2009), não basta que o indivíduo seja alfabetizado, isto é, capaz de decodificar palavras e produzir textos escritos. Na sua compreensão, o letramento refere-se às práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita e aos significados construídos a partir delas. Trata-se, portanto, de compreender como os sujeitos utilizam essas habilidades em contextos concretos da vida social, cultural e política.

Ao diferenciar alfabetização e letramento, Magda Soares (2009) chama atenção para a necessidade de compreender a leitura e a escrita para além de sua dimensão técnica. Segundo a autora, o letramento está relacionado às formas pelas quais os indivíduos participam das práticas sociais mediadas pela linguagem escrita, produzindo sentidos e interagindo com o mundo. Essa perspectiva desloca o foco da aprendizagem de habilidades isoladas para os usos sociais do conhecimento, permitindo compreender que os processos educativos envolvem muito mais do que a transmissão de conteúdo.

Essa compreensão é particularmente relevante quando pensamos a universidade. Os cursos de graduação constituem espaços privilegiados de circulação de saberes, nos quais estudantes entram em contato com diferentes teorias, autores, conceitos e formas de interpretar a realidade. Nesse contexto, a formação universitária pode ser entendida como uma experiência de letramento, na medida em que possibilita a inserção dos sujeitos em comunidades específicas de produção e compartilhamento de conhecimentos. Ao longo da graduação, as/os estudantes aprendem não apenas conteúdos, mas também modos de ler, argumentar, pesquisar e construir interpretações sobre o mundo.

No entanto, compreender a universidade como espaço de letramento implica reconhecer que os conhecimentos ali produzidos e compartilhados não são neutros. As escolhas curriculares, as bibliografias adotadas, os referenciais teóricos privilegiados e as formas de organização dos saberes refletem processos históricos e sociais marcados por relações de poder. Em outras palavras, aquilo que é ensinado e valorizado nos espaços acadêmicos resulta de disputas em torno da legitimidade dos conhecimentos e dos sujeitos autorizados a produzi-los.

É justamente nesse ponto que as contribuições do letramento crítico ampliam as reflexões propostas por Magda Soares (2009). Embora o conceito de letramento permita compreender a leitura e a escrita como práticas sociais, torna-se necessário avançar na análise das relações de poder presentes nessas práticas. Patrícia Sardinha (2018) destaca que o letramento crítico propõe uma leitura que ultrapassa a compreensão literal dos textos, incentivando os sujeitos a questionarem os contextos de produção dos discursos, os interesses que os atravessam e os efeitos que produzem na sociedade.

Nessa perspectiva, ler criticamente significa desenvolver a capacidade de identificar silenciamentos, desigualdades e mecanismos de exclusão presentes nos processos de produção do conhecimento. Mais do que interpretar informações, trata-se de problematizar quem fala, de onde fala e quais vozes permanecem ausentes em determinados contextos. O letramento crítico, portanto, não se limita ao desenvolvimento de competências cognitivas, mas envolve uma postura ética e política diante da realidade social.

Ao aproximar essa discussão do contexto universitário, sou atravessada por outras problemáticas. Quais conhecimentos são legitimados na formação docente? Quais autores ocupam posição de centralidade nos currículos? Quais experiências são consideradas relevantes para a produção do conhecimento pedagógico? E, sobretudo, quais vozes permanecem pouco visíveis nos processos formativos?

Essas questões tornam-se especialmente importantes quando se considera que a universidade brasileira foi historicamente construída a partir de referenciais predominantemente europeus. Tal processo contribuiu para consolidar determinadas perspectivas como universais e neutras, enquanto outras formas de produção do conhecimento foram frequentemente marginalizadas ou invisibilizadas. Embora essa realidade venha sendo tensionada por diferentes movimentos sociais, pesquisadores e políticas educacionais, seus efeitos ainda podem ser observados nos currículos e nas práticas acadêmicas contemporâneas (Soares, 1998; Gomes, 2005; Silva, 2007; Ribeiro, 2019; Dantas, 2020; Sardinha, 2022.).

Os estudos de Maria Aparecida Bento (2002) oferecem importantes contribuições para compreender a relação entre racialidade e produção do conhecimento. Ao discutir o conceito de racialidade, a autora evidencia que as relações raciais não se restringem às experiências individuais de discriminação, mas atravessam instituições, práticas sociais e processos de construção dos saberes. A produção do conhecimento, portanto, não ocorre em um vazio social, mas em contextos historicamente marcados por desigualdades raciais.

Ao analisar a produção do conhecimento no Brasil, Maria Aparecida Bento (2002) demonstra que a branquitude ocupa uma posição de centralidade frequentemente naturalizada nos espaços acadêmicos. Essa centralidade influencia não apenas quem ocupa os lugares de prestígio intelectual, mas também quais conhecimentos são reconhecidos como legítimos e dignos de circulação. Como consequência, muitas contribuições produzidas por intelectuais negros permanecem invisibilizadas ou recebem menor reconhecimento institucional (Dantas, 2021).

A reflexão proposta pela intelectual possibilita compreender que a ausência de determinadas autorias nos currículos universitários não pode ser interpretada apenas como uma questão quantitativa. Não se trata simplesmente de verificar quantos autores negros aparecem em uma disciplina ou em uma bibliografia específica. O que está em jogo é a própria estrutura de reconhecimento e legitimação do conhecimento acadêmico. Em outras palavras, a questão central não é apenas quem está presente, mas quais condições históricas explicam determinadas presenças e ausências.

Ao relacionar as contribuições de Magda Soares (2009), Patrícia Sardinha (2018) e Maria Aparecida Silva Bento (2002), torna-se possível compreender que os processos de letramento desenvolvidos na universidade são atravessados por relações de poder que influenciam a produção, a circulação e a legitimação dos conhecimentos. Se o letramento envolve a participação dos sujeitos em práticas sociais de leitura e escrita, e se o letramento crítico propõe a problematização dessas práticas, então a racialidade precisa ser considerada como uma dimensão fundamental na análise dos processos formativos.

Essa articulação torna-se particularmente significativa para a presente pesquisa, uma vez que seu interesse não se limita à identificação de autorias negras nos currículos do curso de Pedagogia. O interesse deste estudo está em compreender como estudantes interpretam essas presenças e ausências e quais sentidos atribuem a elas em suas trajetórias acadêmicas. Trata-se de reconhecer que a formação universitária produz modos específicos de compreender o conhecimento, a docência e a própria realidade social.

Ao longo da graduação, estudantes de Pedagogia são constantemente convidados a refletir sobre os desafios da educação brasileira, sobre as desigualdades sociais e sobre os processos de formação humana. Entretanto, quando determinadas perspectivas raciais permanecem invisibilizadas nos referenciais teóricos utilizados durante a formação, as possibilidades de leitura crítica dessas questões também podem ser limitadas. Isso não significa afirmar que a ausência de autorias negras impossibilita a construção de práticas

antirracistas, mas indica que ela restringe os horizontes epistemológicos disponíveis para a compreensão da realidade e desigualdade educacional brasileira.

Nesse contexto, a noção de letramento racial, tal como mobilizada nesta pesquisa, não se refere apenas ao conhecimento de conceitos relacionados à temática racial. Trata-se de uma postura crítica diante dos processos de produção e circulação do conhecimento, que permite questionar quem produz saberes, quais vozes são legitimadas e quais experiências permanecem silenciadas nos espaços formativos. O letramento racial envolve, portanto, a capacidade de reconhecer as dimensões raciais presentes nos currículos, nas práticas educativas e nas formas de organização do conhecimento acadêmico.

Os caminhos teóricos percorridos neste tópico permitem compreender que a discussão sobre letramento racial não se restringe ao campo da linguagem ou da Educação Básica. Trata-se de uma perspectiva que contribui para analisar criticamente os processos de formação desenvolvidos no Ensino Superior e os modos pelos quais determinados conhecimentos são legitimados enquanto outros permanecem à margem. É a partir dessa compreensão que o próximo tópico discutirá as contribuições do Movimento Negro para a construção de políticas educacionais, para a problematização dos currículos e para o processo de enegrecimento da universidade brasileira.

2.2. Diálogos entrecruzados: Movimento Negro, currículos e epistemologias negras na Universidade

Ao discutir os caminhos teóricos do letramento racial, no tópico anterior, busquei evidenciar que a produção e a circulação dos conhecimentos não acontecem de forma neutra. Os processos formativos são atravessados por relações de poder que influenciam quais saberes são legitimados e quais permanecem à margem dos espaços educativos. Partindo dessa compreensão, torna-se necessário ampliar o olhar para os sujeitos coletivos que historicamente tensionaram essas estruturas e contribuíram para a construção de novos modos de pensar a educação brasileira. Entre esses sujeitos, destaca-se o Movimento Negro, cuja atuação extrapola o campo da reivindicação política e alcança a produção de conhecimentos, a formulação de políticas públicas e a problematização dos currículos escolares e universitários.

Ao analisar a trajetória das lutas negras no Brasil, Nilma Lino Gomes (2017) propõe uma compreensão que desloca o Movimento Negro da condição de mero agente reivindicatório para reconhecê-lo como produtor de saberes. Para a autora, o Movimento Negro constitui um importante educador da sociedade brasileira, uma vez que produz interpretações sobre a realidade social, denuncia desigualdades historicamente naturalizadas e constrói estratégias coletivas de enfrentamento ao racismo. Essa perspectiva permite compreender que muitos dos debates atualmente presentes na universidade não surgiram exclusivamente no interior da academia, mas foram impulsionados pelas lutas históricas da população negra organizada.

Ao afirmar que o Movimento Negro educa a sociedade, Nilma Gomes (2017) chama atenção para a capacidade desse movimento de transformar experiências de exclusão em conhecimento socialmente compartilhado. Trata-se de um processo que produz novas leituras sobre a história do país, questiona versões oficiais da realidade brasileira e amplia as possibilidades de compreensão das desigualdades raciais. Nesse sentido, os saberes construídos pelo Movimento Negro Educador não se limitam à denúncia do racismo, mas oferecem ferramentas teóricas e políticas para a construção de projetos educacionais comprometidos com a justiça social.

Essa discussão adquire especial importância quando observamos a relação entre universidade e produção do conhecimento. Historicamente, a população negra esteve submetida a processos de exclusão que dificultaram seu acesso aos espaços formais de escolarização e pesquisa. Como consequência, a universidade brasileira foi constituída sob forte influência de referenciais produzidos a partir de perspectivas predominantemente brancas e europeias. Essa realidade contribuiu para a consolidação de uma estrutura acadêmica na qual determinados conhecimentos foram legitimados como universais, enquanto outros permaneceram invisibilizados.

Ao refletir sobre a presença negra no Ensino Superior, Petronilha Silva (2003) argumenta que a democratização da universidade não pode ser compreendida apenas em termos de acesso. Embora a ampliação do ingresso represente uma conquista importante, ela não garante, por si só, transformações nos modos de produção do conhecimento. Para a autora, a presença de estudantes negros nos espaços acadêmicos traz consigo novas experiências, novos questionamentos e novas possibilidades de interpretação da realidade, contribuindo para o enriquecimento da própria produção científica.

Nessa mesma direção, José Jorge de Carvalho (2006) problematiza aquilo que denomina de “confinamento racial” do mundo acadêmico brasileiro. Segundo o autor, a

universidade construiu-se historicamente a partir de mecanismos que restringiram a participação negra nos espaços de produção intelectual, resultando em uma profunda desigualdade racial no campo acadêmico. Sua crítica não se limita à baixa presença de estudantes e professores negros, mas alcança também a reduzida circulação de autores negros nos currículos e nas referências teóricas que fundamentam diferentes áreas do conhecimento.

As reflexões de José Jorge de Carvalho (2006) dialogam diretamente com as inquietações que orientam esta pesquisa. Afinal, quando se investiga a presença ou ausência de autorias negras no curso de Pedagogia, não se está apenas examinando listas bibliográficas. O que está em questão são os processos históricos que definiram quais sujeitos seriam reconhecidos como produtores legítimos de conhecimento e quais perspectivas ocupariam posições de centralidade nos percursos formativos.

Nesse contexto, as políticas de ações afirmativas assumem papel fundamental. Conforme destaca Delcele Queiroz (2004), as ações afirmativas surgem como mecanismos voltados para o enfrentamento das desigualdades raciais produzidas ao longo da história brasileira. Embora frequentemente associadas ao acesso ao Ensino Superior, tais políticas possuem implicações mais amplas, pois contribuem para a diversificação dos sujeitos presentes na universidade e para a ampliação das perspectivas que circulam nesses espaços.

Entretanto, o ingresso de novos sujeitos não garante automaticamente a transformação das estruturas acadêmicas. É nesse ponto que a discussão sobre currículo se torna central. De acordo com Nilma Lino Gomes (2007), o currículo não pode ser compreendido como uma simples seleção de conteúdos, mas como um território de disputas, escolhas e representações sociais. Os conhecimentos que integram os currículos escolares e universitários refletem valores, interesses e concepções de mundo que nem sempre contemplam a diversidade presente na sociedade brasileira.

Ao problematizar a relação entre currículo e diversidade, Nilma Lino Gomes (2007) evidencia que a inclusão de novos sujeitos nos espaços educativos exige também a revisão dos referenciais que sustentam os processos formativos. Isso significa reconhecer que a democratização da universidade não depende apenas da ampliação do acesso, mas também da ampliação das vozes, narrativas e conhecimentos considerados legítimos no interior da academia.

Essa reflexão aproxima-se das análises de Renata Gonçalves e Gabrielle Ambar (2015), que discutem a relação entre universidade, questão racial e consciência negra. As autoras demonstram que a presença crescente de estudantes negros no Ensino

Superior tem contribuído para a ampliação dos debates sobre racismo, identidade e representatividade, produzindo deslocamentos importantes nas formas tradicionais de compreender o conhecimento acadêmico. Esses deslocamentos, contudo, não ocorrem sem tensões, uma vez que desafiam estruturas historicamente consolidadas e exigem o reconhecimento de perspectivas anteriormente marginalizadas.

Ao questionar as dificuldades do ambiente universitário em dialogar com epistemologias fora do cânone, Luís Thiago Dantas afirma que

> [...] a história da humanidade foi forjada pela invisibilidade de grupos humanos, adentrando até mesmo nas mentes dos corpos negros uma sensação de que a Universidade é um espaço estranho e de improvável compartilhamento de vivências. Por isso, o enegrecimento universitário é uma retomada de uma vivência ancestral que foi apagada pelas patologias do "vitalismo da branquitude" (Dantas, 2021, p. 359-360).

A partir do pensamento supracitado, reivindica-se a ampliação das possibilidades de produção do conhecimento, do reconhecimento de diferentes trajetórias intelectuais, da valorização de perspectivas historicamente subalternizadas e do processo mais amplo de transformação epistemológica, curricular e política. Ao reconhecer a legitimidade de diferentes formas de produzir conhecimento, a universidade fortalece seu compromisso com a democracia, com a pluralidade e com a justiça social.

2.3 As relações étnico-raciais em cursos de Pedagogia

Ao longo das últimas décadas, as discussões sobre relações étnico-raciais têm conquistado maior visibilidade no campo educacional brasileiro. Esse movimento resulta de um conjunto de transformações sociais, políticas e acadêmicas impulsionadas, sobretudo, pelas reivindicações históricas do Movimento Negro e pela ampliação dos debates sobre desigualdade racial na sociedade brasileira. Neste contexto, os cursos de formação de professores passaram a ocupar um lugar central nas reflexões sobre a construção de uma educação comprometida com a equidade racial, uma vez que são responsáveis pela formação dos profissionais que atuarão diretamente nos processos educativos.

A promulgação da Lei nº 10.639/2003 e, posteriormente, da Lei nº 11.645/2008, representou um marco importante nesse percurso ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena na Educação Básica

(Brasil, 2003; Brasil, 2008). Entretanto, a implementação dessas legislações trouxe consigo um desafio que ultrapassa os limites das escolas: a necessidade de repensar a formação inicial dos professores e professoras responsáveis por desenvolver tais conteúdos em suas práticas pedagógicas. Afinal, não é possível construir uma educação voltada para a valorização da diversidade étnico-racial sem que os profissionais da educação tenham acesso, durante sua formação, a conhecimentos que lhes permitam compreender criticamente as desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira.

É nesse cenário que os cursos de Pedagogia assumem papel estratégico. Mais do que formar docentes para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, esses cursos participam da construção de concepções sobre educação, infância, cultura, identidade e sociedade. As experiências vivenciadas ao longo da graduação influenciam significativamente os modos pelos quais futuros docentes compreenderão os sujeitos com os quais irão trabalhar, os conhecimentos que considerarão relevantes e as práticas pedagógicas que desenvolverão em suas trajetórias profissionais.

Nesse sentido, partilhamos das ideias de Nilma Lino Gomes (2003), segundo a qual pensar a identidade negra no campo da educação também significa olhar para os corpos, para os cabelos e para as formas como as características negras são percebidas e representadas socialmente. A autora mostra que a escola participa dos processos de construção da identidade negra e que, muitas vezes, o corpo negro e sua estética não são reconhecidos de maneira positiva nesse espaço. Essa compreensão me faz perceber que a formação de professoras e professores não pode se limitar à discussão das relações raciais apenas em seus aspectos históricos ou sociais, mas precisa considerar também as experiências concretas dos sujeitos, suas identidades e a maneira como diferentes padrões de beleza e de pertencimento são construídos e reproduzidos no espaço educacional.

Apesar da relevância dessa discussão, diferentes pesquisas têm evidenciado que a temática das relações étnico-raciais ainda ocupa um espaço limitado em muitos cursos de licenciatura no Brasil. Aline Weschenfelder (2024) chama atenção para o fato de que, embora existam avanços no reconhecimento da importância da educação antirracista, a abordagem da temática racial frequentemente permanece concentrada em componentes curriculares específicos, seminários pontuais ou atividades extracurriculares. Tal realidade evidencia que a incorporação das relações étnico-raciais aos processos formativos ainda constitui um desafio para diversas instituições de Ensino Superior.

Essa constatação revela uma questão importante. Se os cursos de formação docente são responsáveis por preparar profissionais para atuar em uma sociedade marcada por profundas desigualdades raciais, por que as discussões sobre raça ainda aparecem de forma secundária em muitos percursos formativos? A resposta para essa questão não é simples, mas está relacionada a processos históricos que influenciaram a organização dos currículos universitários e a própria constituição dos saberes considerados legítimos na formação de professores.

Ao analisarem a relação entre formação docente e relações raciais, Joana Passos, Eduarda Gaudio e Pâmela Santos (2019) argumentam que a construção de currículos comprometidos com a educação das relações étnico-raciais exige mais do que a inclusão de conteúdos específicos sobre a temática racial. Para as autoras, trata-se de repensar os próprios fundamentos que orientam a formação docente, reconhecendo que as desigualdades raciais não constituem problemas isolados, mas atravessam diferentes dimensões da vida social e educacional.

Essa reflexão dialoga diretamente com os debates apresentados nos tópicos anteriores deste capítulo. Se o letramento racial possibilita uma leitura crítica das relações raciais presentes na sociedade e se o Movimento Negro contribuiu historicamente para tensionar os currículos e os processos de produção do conhecimento, torna-se necessário compreender de que maneira essas discussões chegam aos cursos de Pedagogia e quais efeitos produzem na formação dos futuros docentes.

Nesse sentido, Elen das Chagas e Vera Santos (2025) defendem que a educação para as relações étnico-raciais deve ser compreendida como um princípio formativo e não apenas como um conteúdo curricular. Segundo as autoras, preparar professoras e professores para atuar em uma sociedade plural implica desenvolver competências que permitam reconhecer, problematizar e enfrentar as desigualdades raciais presentes nos espaços educativos. Isso significa que a temática racial não deve ser tratada como um assunto complementar ou secundário, mas como uma dimensão constitutiva da formação docente.

Tal compreensão torna-se ainda mais relevante quando observamos que a escola brasileira continua sendo um espaço onde diferentes formas de discriminação racial se manifestam cotidianamente. Situações envolvendo preconceito, estereótipos raciais, invisibilização de identidades negras e ausência de representatividade nos materiais didáticos ainda fazem parte da realidade de muitos estudantes. Diante desse cenário, a formação inicial de professoras e professores assume papel fundamental na construção

de práticas pedagógicas capazes de promover o respeito à diversidade e o enfrentamento do racismo.

Ao investigarem cursos de Pedagogia da região Nordeste, Maria da Conceição Reis e Elizama Messias (2023) demonstram que a efetivação da educação das relações étnico-raciais depende não apenas da existência de disciplinas específicas, mas também das experiências construídas pelos sujeitos ao longo da formação. As autoras evidenciam que estudantes e docentes atribuem diferentes significados à temática racial, revelando avanços, desafios e tensões presentes nos processos formativos. Essa perspectiva é particularmente importante para esta pesquisa, pois reforça a compreensão de que os currículos não se resumem aos documentos institucionais, mas ganham vida por meio das experiências vividas pelos sujeitos que os constroem e os atravessam.

Ao longo da graduação, as/os estudantes entram em contato com teorias, metodologias, autores e perspectivas que contribuem para a construção de sua identidade profissional. Nesse percurso, a presença ou a ausência de determinadas referências produz efeitos que vão além do domínio conceitual. Ela influencia os modos pelos quais os futuros docentes interpretam a realidade, compreendem os desafios educacionais e constroem suas práticas pedagógicas (Dantas, 2021; Messias e Reis, 2023).

Quando se fala em educação das relações étnico-raciais, frequentemente o debate concentra-se na inclusão de conteúdos relacionados à história da população negra ou à legislação educacional. Embora essas dimensões sejam fundamentais, elas não esgotam a questão. É necessário perguntar também quem produz os conhecimentos que circulam nos cursos de formação docente e quais vozes são legitimadas nos referenciais teóricos utilizados durante a graduação.

As análises desenvolvidas por Marlene Perrude, Gabriela Santos e Simone Burioli (2024) reforçam essa preocupação ao evidenciarem que as transformações curriculares relacionadas às relações étnico-raciais constituem processos complexos e permanentes. As autoras demonstram que a inclusão da temática racial nos currículos representa um avanço importante, mas não garante, por si só, mudanças significativas nos processos formativos. É necessário observar como esses conteúdos são abordados, quais perspectivas os sustentam e quais experiências são mobilizadas na construção dos saberes docentes.

Essa discussão torna-se ainda mais significativa quando direcionamos o olhar para a realidade da Universidade Federal da Paraíba. O estudo desenvolvido por Lucibele Silva e Surya Barros (2025) sobre o currículo do curso de Pedagogia da UFPB

evidencia avanços importantes relacionados à implementação da Lei nº 10.639/2003. Entretanto, as autoras também demonstram que a efetivação da educação das relações étnico-raciais permanece como um processo em construção, atravessado por desafios que envolvem currículos, práticas pedagógicas e escolhas teóricas.

Ao ler essas pesquisas e relacioná-las à minha própria trajetória acadêmica, percebo que a discussão sobre relações étnico-raciais na formação docente ultrapassa a dimensão normativa. Não se trata apenas de verificar se a legislação está sendo cumprida ou se determinadas disciplinas estão presentes no currículo. A questão que emerge é outra: como essas discussões são vivenciadas pelas/os estudantes? Quais conhecimentos são efetivamente mobilizados durante a formação? E, sobretudo, quais sentidos são produzidos quando determinadas autorias aparecem com frequência enquanto outras permanecem pouco visíveis nos percursos acadêmicos?

Essas inquietações conduzem diretamente ao problema desta pesquisa. Ao longo da graduação em Pedagogia, fui percebendo que algumas ausências produziam questionamentos tão significativos quanto às presenças. Em muitos momentos, ao estudar autores considerados fundamentais para compreender a educação brasileira, surgia a necessidade de perguntar quais intelectuais negros estavam participando dessas discussões e de que maneira suas contribuições apareciam em minha formação. Essas perguntas não nasceram apenas da análise de documentos curriculares, mas das experiências construídas no cotidiano universitário e das reflexões produzidas a partir delas.

Por essa razão, compreender as relações étnico-raciais nos cursos de Pedagogia exige ouvir os sujeitos que vivenciam esses processos formativos. As escrevivências das estudantes participantes desta pesquisa não aparecem como simples relatos individuais, mas como produções de conhecimento que permitem compreender os significados atribuídos às experiências acadêmicas. Ao narrar suas trajetórias, essas estudantes revelam percepções, tensões, ausências, descobertas e aprendizagens que ajudam a compreender como as relações raciais atravessam a formação docente.

As reflexões desenvolvidas ao longo deste capítulo evidenciam que a construção de uma educação comprometida com a equidade racial exige muito mais do que alterações pontuais nos currículos universitários. Ela demanda o reconhecimento da diversidade de saberes que compõem a sociedade brasileira, a valorização de diferentes trajetórias intelectuais e a ampliação das vozes que participam da produção do conhecimento. É nesse horizonte que se insere a presente pesquisa.

3 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Considerando a natureza do problema investigado, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, por compreender que as experiências humanas não podem ser reduzidas a dados numéricos ou explicadas apenas por indicadores estatísticos, mas trabalha com um "universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos" (Minayo, 2001, p. 21-22).

Mais do que identificar a presença ou a ausência de autorias negras no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, interessa compreender os sentidos atribuídos a essas experiências pelos próprios estudantes que vivenciam esse processo formativo. Nesse contexto, a pesquisa qualitativa mostra-se adequada por possibilitar a aproximação com as percepções, interpretações e significados construídos pelas pessoas participantes ao longo de suas trajetórias acadêmicas.

Do ponto de vista dos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica articulada à produção de escrevivências de estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, construídas por meio de entrevistas semiestruturadas (Minayo, 2001).

A pesquisa bibliográfica constituiu uma etapa fundamental para a compreensão dos referenciais teóricos que sustentam este estudo, permitindo o diálogo com produções acadêmicas acerca do letramento racial, das relações étnico-raciais, da formação docente, do currículo, da universidade e das autorias negras. Esses referenciais não foram utilizados apenas para fundamentar conceitos, mas para construir uma lente de análise capaz de interpretar as experiências narradas pelas pessoas participantes.

Entretanto, desde o início da construção deste trabalho, tornou-se evidente que os documentos e as referências bibliográficas, embora indispensáveis, não seriam suficientes para responder à pergunta que orienta esta investigação. Compreender como estudantes percebem a presença ou a ausência de autorias negras exige ouvir quem vivencia diariamente os processos formativos. Exige reconhecer que a universidade não é composta apenas por currículos e ementas, mas também pelas experiências daqueles que percorrem seus corredores, ocupam suas salas de aula, participam de seus projetos e constroem, cotidianamente, sua formação docente.

Por essa razão, optou-se pela entrevista semiestruturada como instrumento de produção das informações. Considerada como "uma conversa com finalidade" (Minayo,

2015) a entrevista semiestruturada combina um roteiro com questões previamente formuladas e outras abertas, permitindo a pessoa entrevitadora um maior controle sobre o que pretende saber sobre o recorte investigativo, ao mesmo tempo, dar espaço a uma reflexão livre e espontânea da pessoa entrevistada sobre os tópicos assinalados. Neste aspecto, a entrevista semiestruturada se interessou em perceber as vivências pessoais e educacionais na Educação Básica, o ingresso no curso de Pedagogia da UFPB e a presença/ausência de autorias negras no Curso de Pedagogia da UFPB

Essa escolha possibilitou que os participantes narrassem livremente suas experiências, ao mesmo tempo em que se mantivesse o diálogo orientado pelos objetivos da pesquisa. Mais do que responder às perguntas previamente elaboradas, as pessoas estudantes foram convidadas a refletir sobre seus percursos na universidade, sobre os conhecimentos que marcaram sua formação e sobre as percepções construídas em relação à presença ou ausência de autorias negras durante a graduação.

As narrativas produzidas nessas entrevistas foram compreendidas como escrevivências. Inspirada no conceito elaborado por Conceição Evaristo (2020), esta investigação parte do entendimento de que as experiências vividas constituem importantes formas de produção de conhecimento. Embora a escrevivência tenha sido concebida no contexto das experiências históricas das mulheres negras, sua potência metodológica, neste estudo, reside na valorização da experiência narrada como possibilidade de compreender processos sociais, educativos e formativos. Assim, as falas das pessoas estudantes não são tomadas como simples relatos individuais, mas como produções de conhecimento capazes de revelar dimensões da formação docente que, muitas vezes, permanecem invisíveis em análises exclusivamente documentais.

Para Conceição Evaristo (2020), as experiências individuais ultrapassam o plano da memória pessoal e se constituem como formas coletivas de escreviver.

> [...] a Escrevivência extrapola os campos de uma escrita que gira em torno de um sujeito individualizado. Creio mesmo que o lugar nascedouro da Escrevivência já demande outra leitura. Escrevivência surge de uma prática literária cuja autoria é negra, feminina e pobre. Em que o agente, o sujeito da ação, assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por grupos, por uma coletividade (Evaristo, 2020, p. 38).

Neste trabalho o conceito de escrevivência será dialogado como possibilidade metodológica de escuta sensível das trajetórias das/os estudantes. O interesse não está em falar por elas/es, mas em criar condições para que suas experiências possam ser

narradas, preservando seus sentidos e reconhecendo que também produzem conhecimento sobre a universidade e sobre a formação docente.

Foram convidadas três pessoas para participar desta pesquisa: Maria Eduarda Lucena, Andriele Silva e Heryverthon Leite, apresentadas nesta mesma ordem ao longo do capítulo. A escolha dos participantes não ocorreu de forma aleatória. Trata-se de uma escolha atravessada por vínculos afetivos construídos durante a graduação. São colegas com quem compartilhei disciplinas, experiências acadêmicas, inquietações e momentos importantes da trajetória universitária. Reconhecer essa dimensão afetiva não fragiliza a pesquisa; ao contrário, evidencia que toda investigação parte de relações humanas e que a construção do conhecimento também acontece por meio da confiança, da escuta e do diálogo.

Mais do que responderem a um roteiro de entrevista semiestruturada, as/os participantes foram convidados a narrar suas próprias experiências. Assim, cada escrevivência preserva a singularidade de quem a escreveu, respeitando a forma como cada estudante escolheu contar sua trajetória.

Considero pertinente destacar a relação entre as escrevivências dos/as estudantes do curso de Pedagogia e as identidades raciais das crianças com as quais professores e professoras, pedagogos e pedagogas irão conviver em seus espaços de atuação. Essa relação se torna importante porque, ao longo das entrevistas, também busquei compreender como os/as estudantes percebem a aplicabilidade da Lei nº 10.639/03 e, consequentemente, como a formação recebida na universidade pode contribuir para que futuros/as profissionais estejam preparados/as para reconhecer e trabalhar as relações étnico-raciais desde a Educação Infantil. Nesse sentido, a discussão apresentada por Eliane Cavalleiro (2012) contribui para ampliar a compreensão sobre o lugar da escola na formação das identidades raciais das crianças.

Partilhamos das ideias de Eliane Cavalleiro (2012), a qual a identidade racial não é algo que se constitui de maneira isolada, mas também se constrói nas relações sociais e nos processos de socialização vivenciados pelas crianças. A autora chama atenção para as relações estabelecidas entre crianças, professores/as e demais sujeitos no espaço escolar, mostrando a importância de observar como as relações étnico-raciais são vivenciadas desde a Educação Infantil. Discutir a presença de autorias negras e a efetivação da Lei nº 10.639/03 na formação em Pedagogia também significa pensar na preparação de professores/as para construir práticas educativas que reconheçam as crianças negras, suas identidades e suas experiências no espaço escolar. É pertinente destacar, também, a relação entre as escrevivências das pessoas estudantes do curso de

Pedagogia e as identidades raciais das crianças nas quais conviverão no espaço escolar.

Ao escolher esse caminho metodológico, assumo também uma postura ética diante da pesquisa. Não me interessava falar pelas(os) estudantes, interpretar suas experiências a partir de pressupostos previamente estabelecidos ou utilizar suas narrativas apenas para confirmar hipóteses construídas antecipadamente. O compromisso desta investigação foi construir um espaço de escuta, reconhecendo que cada participante produz interpretações próprias sobre sua formação e que essas interpretações constituem parte essencial da compreensão do fenômeno investigado.

Essa opção metodológica dialoga diretamente com a trajetória que originou esta pesquisa. Se as inquietações que me conduziram até aqui nasceram da escuta, dos encontros e das experiências vividas durante a graduação, pareceu coerente que o percurso metodológico também fosse construído a partir da escuta de outras pessoas estudantes, reconhecendo que suas narrativas ampliam, tensionam e enriquecem as reflexões apresentadas neste trabalho.

4 AUTORIAS NEGRAS NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB: ESCREVIVÊNCIAS DE ESTUDANTES

Nos capítulos anteriores discutimos os caminhos teóricos do letramento racial, o papel do Movimento Negro na transformação dos currículos e os desafios da formação docente para as relações étnico-raciais, bem como indicamos os caminhos metodológicos da pesquisa. Este capítulo volta seu olhar para aqueles que vivenciam diariamente esse processo: os estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba.

O objetivo deste capítulo é compreender como estudantes do curso de Pedagogia significam a presença e a ausência de autorias negras ao longo de sua formação inicial. Mais do que responder às perguntas da pesquisa, interessa compreender como essas experiências são narradas, lembradas e interpretadas pelos próprios sujeitos que vivenciam o currículo universitário.

É importante destacar que as frases e os títulos utilizados para compor os tópicos de cada escrevivência foram elaborados a partir da minha leitura e percepção enquanto pesquisadora. Ao entrar em contato com cada narrativa, procurei identificar aquilo que mais se destacou em suas trajetórias, em suas falas e nas experiências compartilhadas. Dessa forma, os títulos não pretendem definir ou resumir os/as estudantes, mas constituem uma forma de organizar a análise a partir daquilo que, para mim, se apresentou como significativo em cada escrevivência.

Essa escolha também está relacionada ao cuidado de preservar a singularidade de cada participante. Embora as três escrevivências apresentem aproximações e permitam perceber questões coletivas acerca da presença e da ausência de autorias negras na formação em Pedagogia, cada estudante possui uma trajetória própria, marcada por experiências, percepções e relações distintas com a educação, com as questões raciais e com a universidade. Assim, os títulos que acompanham cada narrativa funcionam como uma leitura da pesquisadora sobre aquilo que emergiu de forma mais significativa em cada experiência, sem retirar dos/as participantes a autoria e o sentido de suas próprias escrevivências.

Nesse movimento, apresento inicialmente a escrevivência de Maria Eduarda, seguida pela de Andriele e, posteriormente, pela de Heryverthon. Após cada narrativa, estabeleço um diálogo com os aspectos que se destacaram em suas experiências, articulando-os às discussões desenvolvidas nos capítulos anteriores. Ao final, aproximo

as três escrevivências para compreender tanto suas singularidades quanto os pontos de encontro que revelam dimensões coletivas sobre a presença das autorias negras no processo de formação em Pedagogia.

4.1 Maria Eduarda da Silva Lucena – "Quando a representatividade encontra o currículo"

Meu nome é Maria Eduarda da Silva Lucena, tenho 23 anos, sou natural de João Pessoa, Paraíba, e me autodeclaro uma mulher negra. Antes de ingressar na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), minha trajetória formativa e educacional foi construída passo a passo, sendo que as primeiras aproximações com a representatividade e a literatura negra ocorreram ainda na Educação Básica. Lembro-me de que, no final do ensino médio, tive minhas primeiras experiências educativas marcadas por essas leituras, chegando a produzir um Trabalho de Conclusão de Curso Técnico (TCC) fundamentado em autores negros e nas experiências de pessoa negras inseridas no mercado de trabalho e qual cargos são pré determinados para elas.

No ano de 2022, dei um passo decisivo na minha caminhada ao ingressar no curso de licenciatura em Pedagogia na UFPB. Como estudante trabalhadora, o cotidiano acadêmico trouxe consigo barreiras reais. Acredito que um dos maiores desafios que enfrento ao longo da graduação está diretamente relacionado ao tempo: a complexa e exaustiva tarefa de conciliar a rotina de trabalho com as exigências e os compromissos dos estudos universitários.

Apesar das dificuldades de tempo, a universidade também tem sido espaço de encontros marcantes. Ao refletir sobre a presença de autorias negras durante a minha formação na Pedagogia, a memória me remete imediatamente ao primeiro período do curso. Na disciplina de História da Educação 1, fomos apresentados à obra “O Perigo de uma História Única", da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. Esse livro e seu debate tornaram-se um marco divisor na minha trajetória acadêmica, despertando reflexões profundas sobre quem narra a história e quais perspectivas são silenciadas no processo educativo.

Outro momento profundamente marcante para a minha formação humana e docente ocorreu na disciplina de Corpo e Ambiente na Educação. Essa matéria foi a que mais me trouxe reflexões consistentes sobre a temática racial e o pensamento negro. O impacto dessa experiência deu-se não apenas pelos textos propostos, mas fundamentalmente pelo fato de o professor responsável ser um homem negro.

Compartilhar das vivências e experiências dele, construídas dentro e fora do âmbito educacional, humanizou o debate e trouxe uma dimensão prática e sensível para a sala de aula que as leituras teóricas, isoladas, muitas vezes não conseguem alcançar.

Contudo, ao analisar a formação oferecida pela UFPB sob a perspectiva da Lei nº 10.639/2003 — que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana —, percebo que a realidade do currículo ainda demanda avanços urgentes. Identifico discussões explícitas sobre essa temática em pontos muito localizados, como na já citada matéria de Corpo e Ambiente na Educação e em História da Educação (no primeiro período). Fora desses espaços, a presença de intelectuais negros ainda se mostra tímida. Acredito que há uma necessidade latente de maior inserção e transversalidade dessas autorias em toda a matriz curricular, para que nós, futuros pedagogos e pedagogas, possamos construir práticas verdadeiramente antirracistas, plurais e representativas em nossas salas de aula.

4.1.1 Tecendo impressões a partir da escrevivência de Maria Eduarda Lucena

A escrevivência de Maria Eduarda revela uma trajetória marcada pelo reconhecimento da importância das autorias negras para sua formação, mas também indica que esse contato ocorreu de maneira pontual. Sua narrativa demonstra que existem iniciativas comprometidas com a Educação das Relações Étnico-Raciais, entretanto, elas ainda aparecem vinculadas à determinadas disciplinas ou docentes, sem constituírem um eixo estruturante do currículo. Essa percepção dialoga diretamente com Nilma Lino Gomes (2007), quando afirma que a diversidade precisa atravessar o currículo e deixar de ocupar espaços periféricos dentro da formação docente.

Ademais, encontra aproximação com os estudos de Petronilha Beatriz Gonçalves Silva (2003), ao defender que reconhecer intelectuais negros significa ampliar as possibilidades de produção de conhecimento na universidade. Maria Eduarda demonstra que o problema não é a inexistência de autorias negras, mas sua circulação restrita. Sua escrevivência evidencia exatamente aquilo que este trabalho procura compreender: a presença existe, porém ainda não ocupa o espaço que poderia ocupar na formação de futuras pedagogas.

4.2 Andriele Ingrid da Costa Silva – “Da escola pública à universidade: um percurso de descobertas”

Me chamo Andriele Ingrid da Costa Silva, tenho 22 anos, moro atualmente em João Pessoa - PB. Me declaro uma pessoa parda. Minha trajetória na educação começou muito cedo e sempre foi atravessada por curiosidade, vontade de aprender e, principalmente, pelo encantamento com a leitura e a escrita. Estudei toda a minha vida em escola pública, e foi nesse espaço que fui me construindo enquanto estudante e também enquanto pessoa. Foram anos marcados por desafios, mas também por encontros importantes com professores que, de alguma forma, tocaram minha caminhada e contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Durante a educação básica, meu contato com autorias negras foi muito pequeno. Lembro que, em alguns momentos, principalmente no Dia da Consciência Negra, a temática aparecia, mas de forma muito pontual. Faltava profundidade, faltava continuidade… e, olhando hoje, percebo o quanto isso fez falta na minha formação naquele período.

Quando entrei no curso de Pedagogia da UFPB, no período 2022.2, comecei a viver uma nova fase. A universidade ampliou muito meu olhar, não só sobre a educação, mas também sobre a sociedade e sobre mim mesma. Não foi (e não é) um caminho fácil. Conciliar estudos, estágio e vida pessoal exige muito, e muitas vezes me vi tentando dar conta de tudo ao mesmo tempo. Além disso, existe o desafio de sair da teoria e encarar a realidade das escolas, que nem sempre corresponde ao que está nos textos.

Mas, no meio de tudo isso, também encontrei experiências que marcaram profundamente minha formação. Tive professores que fizeram toda a diferença nesse processo, como o professor Jeferson da disciplina de corpo e ambiente e a professora Dayana da disciplina de ensino de História. As aulas deles não eram só conteúdos, eram provocações, reflexões, inquietações. Eles me fizeram pensar a educação de uma forma mais crítica, mais sensível, mais comprometida. Foram fundamentais para o que estou me tornando enquanto futura pedagoga.

Ao longo do curso, comecei a ter mais contato com autorias negras, e isso mexeu muito comigo. Conhecer, por exemplo, as contribuições de Nilma Lino Gomes foi um divisor de águas. Passei a refletir sobre questões que antes não tinham sido tão aprofundadas na minha trajetória, principalmente sobre o papel da escola diante das desigualdades raciais. Foi como se algumas coisas começassem a fazer mais sentido. A presença dessas autorias na formação é extremamente importante, porque amplia nosso olhar e nos tira de uma visão única, muitas vezes eurocêntrica. Ao mesmo tempo, também percebo que ainda existem ausências e essas ausências também falam. Elas

mostram o quanto ainda precisamos avançar para construir uma formação realmente comprometida com a diversidade e com a equidade.

Sobre a Lei nº 10.639/2003, percebo que ela aparece em alguns momentos do curso, principalmente em disciplinas específicas. Mas sinto que ainda poderia estar mais presente no dia a dia da formação, de forma mais integrada, atravessando diferentes componentes curriculares, e não ficando restrita a alguns espaços. Uma das experiências que mais me marcou foi durante o estágio. Foi ali, na prática, que consegui perceber o quanto a representatividade importa. Ao observar as crianças e pensar nas atividades, fui entendendo como é essencial valorizar a cultura negra dentro da sala de aula. Isso impacta diretamente na forma como as crianças se enxergam, na autoestima, na construção da identidade. Esse momento reforçou em mim o compromisso de ser uma educadora que não apenas ensina conteúdos, mas que também se preocupa em formar sujeitos críticos, conscientes e respeitados em suas diferenças.

Hoje, olhando para minha trajetória, percebo que tudo isso as presenças e as ausências, os desafios e os encontros foi me moldando. E sigo em construção, aprendendo, refletindo e buscando ser uma professora que faça sentido na vida dos seus alunos.

4.2.1 Tecendo impressões a partir da escrevivência de Andriele Silva

A escrevivência de Andriele Silva evidencia um percurso diferente daquele apresentado por Maria Eduarda. Em sua escrevivência, torna-se perceptível que o primeiro contato mais significativo com autorias negras ocorreu já no Ensino Superior. A ausência dessas discussões durante a Educação Básica aparece como um elemento marcante de sua trajetória. Este aspecto se aproxima das reflexões de Renata Gonçalves e Gabrielle Ambar (2015), que apontam que o acesso à universidade por si só, não elimina desigualdades históricas relacionadas ao conhecimento produzido e legitimado. A universidade amplia horizontes, mas ainda carrega permanências curriculares que dificultam uma efetiva democratização das referências teóricas.

Sua escrevivência também confirma as reflexões de Nilma Lino Gomes (2017) sobre o Movimento Negro como educador. Muitas das aprendizagens relacionadas às questões raciais não surgem espontaneamente no currículo tradicional, mas decorrem de disputas políticas, movimentos sociais e da atuação de docentes comprometidos com a educação antirracista.

4.3 Heryverton Araujo Lemos Leite – "Reconhecer para transformar: autorias negras como compromisso da formação docente"

Meu nome é Heryverton Araujo Lemos Leite. Sou natural da cidade de João Pessoa, Paraíba, e me autodeclaro uma pessoa parda. Sobre a minha trajetória educacional começou em uma escola particular de bairro, onde estudei até o 5º ano do Ensino Fundamental. Posteriormente, ingressei em uma escola da rede municipal de ensino, localizada na região de Mangabeira, onde concluí o Ensino Fundamental. Em seguida, cursei o Ensino Médio em uma escola técnica da rede estadual. Durante esse período, também realizei outras formações técnicas, que contribuíram para ampliar meus conhecimentos e minha formação profissional. No ano de 2022, ingressei no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Desde então, o que tem sido um dos principais desafios enfrentados tem sido o fato de conciliar os estudos com o trabalho. A necessidade de trabalhar durante a graduação limitou minha participação em diversas atividades acadêmicas, como projetos de pesquisa, extensão e eventos científicos, experiências que certamente poderiam ter enriquecido ainda mais minha formação.

Antes de ingressar na universidade, tive pouco contato com autorias negras. Foi principalmente no início da graduação em Pedagogia que conheci obras importantes, como *O Perigo de uma História Única*, de Chimamanda Ngozi Adichie, e *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, de Carolina Maria de Jesus. Essas leituras ampliaram minha compreensão sobre diferentes realidades sociais e evidenciaram a importância de conhecer múltiplas perspectivas na construção do conhecimento. Ao longo do curso, a autora negra que mais marcou minha trajetória foi Chimamanda Ngozi Adichie, pois sua obra foi discutida em mais de uma disciplina. Suas reflexões sobre identidade, cultura e representatividade despertaram importantes questionamentos sobre a forma como diferentes histórias são contadas e sobre a necessidade de ampliar as vozes presentes na formação de professores.

Considero que a presença de autoras negras é essencial para a nossa formação de futuros pedagogos e pedagogas. Como aponta a própria autora Chimamanda Ngozi Adichie em *O Perigo de uma História Única*, quando conhecemos apenas uma perspectiva sobre determinados povos ou acontecimentos, corremos o risco de reforçar estereótipos e construir uma visão limitada da realidade. Nesse sentido, estudar autores e autoras negras contribui para uma formação mais crítica, plural e comprometida com o

enfrentamento do racismo estrutural, além de favorecer práticas pedagógicas mais inclusivas e democráticas.

Para mim a leitura de *O Perigo de uma História Única* foi uma das experiências que mais influenciou minha formação. A obra me levou a refletir sobre como a ausência de diferentes narrativas pode fortalecer preconceitos e invisibilizar grupos historicamente marginalizados. Essa compreensão passou a influenciar minha maneira de pensar a educação, o currículo e a prática docente, reforçando a importância de valorizar diferentes saberes e experiências no ambiente escolar.

Em relação à Lei nº 10.639/2003, acredito que o curso de Pedagogia da UFPB oferece uma base inicial para sua compreensão. No entanto, ainda há espaço para avanços. Em minha experiência, a discussão sobre as relações étnico-raciais costuma aparecer como um tema transversal em algumas disciplinas ou em componentes curriculares optativos. Considero que a criação de uma disciplina obrigatória voltada especificamente para essa temática contribuiria para uma formação mais consistente, preparando melhor os futuros professores para desenvolver práticas pedagógicas comprometidas com a educação antirracista.

Ao longo da graduação, percebi que a presença das autoras negras influenciou positivamente minha maneira de compreender a educação, o currículo e a prática docente. O contato com essas produções ampliou meu olhar sobre a diversidade de conhecimentos presentes na sociedade e reforçou a necessidade de construir uma prática educativa que reconheça diferentes experiências, combate preconceitos e valorize a pluralidade cultural.

Por fim, considero importante destacar que, embora a temática das relações étnico-raciais esteja presente em alguns momentos da formação, ela ainda aparece de maneira pontual. Essa percepção reforçou em mim a importância de ampliar esse debate ao longo de todo o curso de Pedagogia, para que os futuros professores estejam mais preparados para enfrentar o racismo, promover a equidade e construir uma educação verdadeiramente inclusiva.

4.3.1 Tecendo impressões a partir da escrevivência de Heryverthon Leite

A escrevivência de Heryverthon amplia a discussão ao destacar que conhecer autorias negras não representa apenas incluir referências bibliográficas, mas em transformar a maneira como futuros professores compreendem a escola, o currículo e as práticas educativas. Sua narrativa aproxima-se das reflexões de José Jorge de Carvalho

(2006), ao discutir o confinamento racial presente na produção acadêmica brasileira, e defender a necessidade de romper com currículos que apresentam uma tradição intelectual ancorada em autorias euro-brancocêntricas em detrimento da reduzida circulação de autorias negras que fundamentam diferentes áreas do conhecimento.

Ao defender uma presença mais consistente dessas autorias durante a graduação, Heryverthon reafirma aquilo que este trabalho vem sustentando desde o primeiro capítulo: democratizar a universidade também significa democratizar os conhecimentos que circulam em seu interior.

4.4 Entre singularidades e aproximações: o que as escrevivências revelam coletivamente

Embora cada estudante tenha construído sua narrativa a partir de experiências particulares, as três escrevivências convergem em aspectos coletivos significativos. Em primeiro lugar, todas reconhecem a importância das autorias negras para a formação docente. Nenhuma das pessoas participantes questionaram sua relevância; ao contrário, afirmam que essas produções ampliam a compreensão sobre educação, currículo e relações étnico-raciais.

As escrevivências construídas nesta pesquisa, quando colocadas em diálogo com o trabalho de Ingryd da Paz (2025), permitem perceber que experiências individuais vivenciadas no curso de Pedagogia também expressam questões que ultrapassam as trajetórias particulares. Em seu estudo, Ingryd da Paz (2025) parte das escrevivências de estudantes cotistas para compreender como as políticas de acesso ao ensino superior se relacionam com as condições concretas de permanência e com as diferentes barreiras encontradas pelos/as estudantes ao longo de sua formação.

Outro aspecto recorrente diz respeito ao caráter pontual das autorias negras no curso de Pedagogia. As escrevivências revelam que autores e autoras negras estiveram presentes ao longo da graduação, mas, na maioria das vezes, vinculados às disciplinas específicas, projetos de extensão ou iniciativas de determinados docentes. Essa percepção confirma as discussões apresentadas por Nilma Lino Gomes (2007), ao defender que a diversidade precisa constituir um princípio organizador do currículo, e não apenas um conteúdo eventual.

Ao mesmo tempo, as diferenças entre as narrativas também são significativas. Maria Eduarda demonstra ter iniciado o contato com autorias negras antes da

universidade; Andriele evidencia uma formação básica marcada pela ausência dessas discussões; Heryverthon enfatiza os impactos que essas leituras produziram na construção de sua identidade docente. Essas diferenças mostram que cada trajetória é singular e que as oportunidades de acesso às discussões étnico-raciais não ocorrem de maneira uniforme.

Contudo, quando analisadas em conjunto, as três escrevivências apontam para uma mesma direção: existe uma percepção compartilhada de que as autorias negras ainda ocupam um espaço reduzido na formação em Pedagogia. Essa constatação reforça as discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho e evidencia que democratizar o currículo universitário continua sendo um desafio para os cursos de licenciatura.

As singularidades presentes em cada narrativa não devem ser compreendidas como experiências isoladas. Quando aproximadas, elas revelam marcas comuns e permitem identificar como as relações raciais atravessam a formação acadêmica, seja pelas possibilidades de acesso e permanência (Paz, 2025), seja pelo contato com conhecimentos, referências e autorias negras. As escrevivências tornam-se um caminho para compreender que aquilo que é vivido individualmente também pode revelar dimensões coletivas da experiência de estudantes negros/as no ensino superior.

Assim, as escrevivências não apenas ilustram as discussões teóricas apresentadas nos capítulos anteriores; elas lhes atribuem concretude. Ao colocar em diálogo teoria e experiência, este capítulo demonstra que a presença das autorias negras na formação docente ainda depende de escolhas curriculares, institucionais e pedagógicas capazes de romper com a lógica histórica de invisibilização da produção intelectual negra e o racismo epistêmico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar esta pesquisa, a inquietação que me acompanhava era compreender de que maneira as autorias negras estavam presentes na formação inicial oferecida pelo curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba. Essa inquietação nasceu da minha própria trajetória acadêmica, marcada pelo contato com discussões sobre as relações étnico-raciais em eventos, oficinas e disciplinas que me fizeram perceber que a universidade também é um espaço de disputas em torno dos conhecimentos que são legitimados. Ao longo da pesquisa, compreendi que investigar a presença ou a ausência de autorias negras significava olhar não apenas para as bibliografias dos componentes curriculares, mas também para as experiências vividas pelas/os estudantes do curso de Pedagogia.

A construção do referencial teórico ampliou a leitura crítica das relações raciais presentes na sociedade e na educação, dialogando, principalmente, com Magda Soares (2009), Patricia Miranda Medeiros Sardinha (2018) e Maria Aparecida Silva Bento (2002). Em seguida, as reflexões de Nilma Lino Gomes (2003, 2007, 2017), Petronilha Beatriz Gonçalves Silva (2003), José Jorge de Carvalho (2006), Renata Gonçalves e Gabrielle Ambar (2015). O apanhado teórico permitiu compreender que a universidade constitui um espaço de produção de conhecimento, mas também de disputas em torno das vozes que são legitimadas nos currículos. No que concerne ao debate sobre as relações étnico-raciais nos cursos de Pedagogia, evidenciou-se que, embora existam avanços promovidos pela Lei nº 10.639/2003 e pelas ações afirmativas, ainda persistem desafios relacionados à presença das autorias negras na formação inicial de professoras e professores.

A pesquisa encontrou seu principal movimento na escuta das escrevivências de Maria Eduarda, Andriele Silva e Heryverthon Leite. Inspirada na concepção de escrevivência de Conceição Evaristo (2020), a análise compreendeu não apenas o conteúdo das respostas, mas as experiências que elas revelaram. Embora cada narrativa apresentasse singularidades, todas convergiram para um aspecto comum: as autorias negras estão presentes na formação em Pedagogia, porém apareceram de forma pontual, geralmente vinculadas à disciplinas específicas ou à iniciativa de determinados docentes. As escrevivências demonstraram o reconhecimento das/os estudantes a respeito da relevância dessas produções para sua formação, mas também evidenciaram que ainda há um caminho importante a ser percorrido para que as autorias negras

ocupem um lugar estruturante no currículo do curso de Pedagogia.

Ao colocar em diálogo as narrativas das/os estudantes com os referenciais teóricos mobilizados ao longo da pesquisa, foi possível perceber que as experiências relatadas confirmaram muitas das discussões apresentadas por Nilma Lino Gomes (2003, 2007, 2017), especialmente quando a autora afirma que a diversidade precisa constituir um princípio organizador do currículo e não apenas um tema abordado em momentos específicos. Da mesma forma, as escrevivências reforçaram a reflexão de Petronilha Beatriz Gonçalves Silva (2003) acerca da necessidade de reconhecer intelectuais negros como produtores legítimos de conhecimento, ampliando as referências que sustentam a formação docente.

A pesquisa permitiu compreender que as autorias negras no curso de Pedagogia da UFPB não pode ser analisada em termos de presença ou ausência absoluta. Evidenciou-se uma presença ainda insuficiente diante da importância dessas produções para a formação de professoras e professores comprometidos com uma educação antirracista e socialmente referenciada. Mais do que ampliar listas de referências bibliográficas, tratou-se de reconhecer que diferentes sujeitos produzem conhecimento e que essa pluralidade precisa ser incorporada aos currículos universitários.

Este trabalho não pretende encerrar a discussão sobre o tema. Ao contrário, espera contribuir para que novas pesquisas continuem problematizando os currículos das licenciaturas e fortaleçam o debate sobre a democratização do conhecimento na universidade. Como futura pedagoga, concluo esta pesquisa convicta de que uma formação comprometida com a educação antirracista passa, necessariamente, pelo reconhecimento das autorias negras como parte constitutiva da produção acadêmica e da formação docente. Mais do que responder a uma inquietação pessoal, esta pesquisa reafirma o compromisso de compreender a educação como um espaço de diálogo, de diversidade e de transformação.

REFERÊNCIAS

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Racialidade e produção de conhecimento. In: BENTO, Maria Aparecida Silva et al. **Racismo no Brasil**. Petrópolis: ABONG, 2002, p. 45-52.

BRASIL. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília: MEC, SECAD, 2003.

BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: MEC, SECAD, 2008.

BRASIL. **Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: MEC, SECAD, 2012.

BRASIL. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais.** Brasília: MEC, SECAD, 2006.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 88-103, 2006.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CEDRA. Quantidade de matrículas por categoria administrativa, turno, sexo e raça/cor, 2009-2019. In. **Censo Escolar da Educação Superior (INEP)**. Disponível em: https://cedra.org.br/conjuntos-de-dados/quantidade-de-matriculas-por-categoria-administrativa-turno-sexo-e-raca-cor-2009-2019/. Acesso em: 13 mai de 2026.

CHAGAS, Elem Cristina Alcântara das; SANTOS, Vera Maria Marques. Educação para as relações étnico-raciais na formação inicial de professores/as. **Observatório de Economía latinoamericana**, v. *23*, n. 8, p. 01-28, 2025. DOI: https://doi.org/10.55905/oelv23n8-085

DANTAS, Luís Thiago Freire. Enegrecer a universidade para vivenciar o conhecimento. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 33, n. 59, p. 349-361, maio/ago, 2021.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência:** a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 26-47.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência:** a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 48-57.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. **Revista da**

Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 6, n. 14, p. 236-263, 2014.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo:** diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Renata; AMBAR, Gabrielle. A questão racial, a universidade e a (in)consciência negra. **Revista Lutas Sociais**, n. 34, jan./jun. 2015.

hooks, bell**. Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2015.

PASSOS, Joana Célia dos; GAUDIO, Eduarda Souza; SANTOS, Pâmela Cristina dos. **Relações raciais e formação de professores/as no Brasil:** desafios e possibilidades num currículo do curso de Pedagogia. Revista del IICE, n. 45, p. 31-42, 2019. Disponível em: http://revistascientificas2.filo.uba.ar/index.php/iice/article/view/7222/6464. Acesso em: 10 jun. 2026.

PAZ, Ingryd de Cássia Andrade Ramos da. **Cotas raciais**: escrevivências de estudantes do curso de Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba (2018-2024). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2025.

PERRUDE, Marleide Rodrigues da Silva; SANTOS, Gabriela Paula; BURIOLI, Simone. **Educação das relações étnico-raciais e a formação dos professores:** currículo do curso de Pedagogia da UEL - 2010/2017/2019. Revista Internacional Artes de Educar. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 77-95, jan. 2024. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/73809/48946. Acesso em: 03 jun. 2026.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas O negro, seu acesso ao ensino superior e as ações afirmativas no Brasil. In. BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (Orgs.) **Levando a raça a sério:** ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: Dp&A, 2004.

REIS, Maria da Conceição dos; MESSIAS, Elizama Pereira (org.). **Educação das relações étnico-raciais em cursos de Pedagogia do Nordeste**: olhares docentes e estudantis. Petrolina: IFSertãoPE, 2023. Disponível em: https://releia.ifsertaope.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1139/3/E-BOOK%20-%20A%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DAS%20RELA%C3%87%C3%95ES%20%C3%89TNICO-RACIAIS....pdf#page=100. Acesso em: 17 jun. 2026.

SARDINHA, Patricia Miranda Medeiros. Letramento Crítico: Uma Abordagem Crítico Social dos Textos. **Linguagens & Cidadania**, [S. l.], v. 20, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/32421. Acesso em: 10 mai. 2026.

SILVA, Lucibele Eduarda Bento da.; BARROS, Surya Aaronovich Pombos de. Por

onde a lei se efetiva? O currículo do curso de Pedagogia da UFPB e os 20 anos da lei nº 10.639/2003. In. SILVA, Andréa Giordanna Araújo da et. al. **A Lei 10.639/03 nas encruzilhadas da educação**. Paraíba: EDUEPB, 2025. Disponível em: https://eduepb.uepb.edu.br/download/a-lei-10-639-03-nas-encruzilhadas-da-educacao/ . Acesso em: 20 jun. 2026.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Negros na Universidade e produção de conhecimento. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVERIO, Valter Roberto (Org.). **Educação e ações afirmativas:** entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, p. 43-54.

SIQUELLI, Sônia Aparecida. O papel pedagógico escolar sob o ponto de vista das leis 10639/03 e 11645/08: apontamentos éticos e étnicos. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.21, n. esp., p.104-122, jan./jun.2013.

SOARES, Magda. **Letramento-um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Olá!

Primeiramente, agradeço por aceitar participar desta pesquisa. Este estudo faz parte do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Pedagogia, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e busca compreender como estudantes do curso percebem a presença e a ausência de autorias negras durante sua formação acadêmica. Antes de iniciarmos, gostaria de explicar brevemente alguns conceitos que aparecerão durante a entrevista.

O que é escrevivência?

O conceito de escrevivência foi criado pela escritora e educadora Conceição Evaristo (2020) para mostrar que as experiências vividas também produzem conhecimento. Em outras palavras, ela nos convida a compreender que nossas histórias, memórias, sentimentos e vivências têm valor e podem nos ajudar a entender melhor a realidade. Inspirada nesse conceito, esta pesquisa deseja ouvir a sua trajetória no curso de Pedagogia. Por isso, não existem respostas certas ou erradas. O mais importante é que você responda a partir daquilo que viveu, sentiu e percebeu durante sua formação.

O que são autorias negras?

Ao longo desta entrevista, utilizarei a expressão autorias negras. Ela se refere aos autores e às autoras negras que produzem conhecimento em diferentes áreas, como Educação, História, Sociologia, Filosofia, Literatura, Psicologia, entre outras. São intelectuais, pesquisadores, pesquisadoras e escritores cujas obras contribuem para ampliar nossa compreensão sobre educação, sociedade, cultura e relações étnico-raciais.

A valorização dessas autorias também está relacionada ao reconhecimento da diversidade de saberes que compõem a universidade e à necessidade de ampliar a representatividade das produções negras nos currículos de formação docente, conforme discutem Nilma Lino Gomes (2017), Petronilha Beatriz Gonçalves Silva (2003).

O que é a Lei nº 10.639/2003?

Também será mencionada a Lei nº 10.639/2003. Essa lei alterou a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e tornou obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas de Educação Básica (Brasil, 2003). Além disso, ela reforça a importância de uma formação que valorize a diversidade, combata o racismo e reconheça as contribuições da população negra para a construção da sociedade brasileira.

Embora a obrigatoriedade da lei seja voltada para a Educação Básica, sua efetivação depende também da formação dos futuros professores. Por isso, nesta pesquisa, buscamos compreender como esse tema aparece ou deixa de aparecer durante a formação no curso de Pedagogia. Assim, peço que responda às perguntas a partir da sua experiência pessoal. Caso alguma pergunta faça você lembrar de uma aula, de um professor, de um texto, de uma disciplina ou de qualquer situação vivida na universidade, sinta-se à vontade para compartilhar. Essas experiências são muito importantes para esta pesquisa.

Observação à/ao participante: Durante toda a entrevista, sinta-se à vontade para ampliar suas respostas, contar experiências, fazer reflexões ou compartilhar lembranças que considere importantes, mesmo que elas não estejam diretamente relacionadas à pergunta realizada. O interesse desta pesquisa é compreender sua trajetória e os sentidos que você atribui às experiências vividas durante sua formação.

1. **Vivências pessoais e educacionais**

- Qual o seu nome e idade?
- Qual é a sua naturalidade (cidade e estado de origem)?
- Qual a sua autodeclaração racial?
- Como ocorreu a sua trajetória formativa/educacional antes de entrar na UFPB?
- Na sua trajetória formativa/educacional, você leu autorias negras ou teve experiências educativas a partir de autorias negras? Se sim, é possível narrar?

2. **Ingresso no curso de Pedagogia da UFPB**

- Em que ano você ingressou no curso de Pedagogia da UFPB?
- Quais desafios você enfrenta durante o curso de Pedagogia da UFPB?

3. **Presença de autorias negras no Curso de Pedagogia da UFPB**

- Durante sua formação no curso de Pedagogia, de quais autores ou autoras negras você se lembra ter lido, estudado ou ouvido falar? Há algum nome que tenha marcado sua trajetória acadêmica?
- Na sua opinião, qual é a importância da presença de autorias negras na formação de futuros pedagogos e pedagogas?
- Você se recorda de algum momento em que a leitura, a discussão ou o contato com uma autoria negra despertou reflexões importantes para sua formação? Como foi essa experiência?
- Considerando a explicação apresentada sobre a Lei nº 10.639/2003, como você percebe a presença dela na formação oferecida pelo curso de Pedagogia da UFPB? Em quais disciplinas, atividades ou experiências você identifica essa discussão?
- Ao olhar para sua trajetória na graduação, você acredita que a presença ou a ausência de autorias negras influenciou sua maneira de compreender a educação, o currículo ou a prática docente? De que forma?
- Há alguma experiência voltada às relações étnico-raciais, vivida durante sua formação em Pedagogia, que você considera importante compartilhar e que não foi contemplada nas perguntas anteriores? Se sim, é possível contar?